

UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO

Sandra Maria de Oliveira Baffi

**QUALIDADE DE VIDA DE PARTICIPANTES DE PROGRAMAS DE
ECONOMIA SOLIDÁRIA**

São Bernardo do Campo

2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

SANDRA MARIA DE OLIVEIRA BAFFI

**QUALIDADE DE VIDA DE PARTICIPANTES DE PROGRAMAS DE ECONOMIA
SOLIDÁRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado em Psicologia da Saúde da
Universidade Metodista de São Paulo UMESP –
como requisito parcial para obtenção do título de
mestre em psicologia da saúde

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Marília Martins Vizzotto

São Bernardo do Campo

2008

SANDRA MARIA DE OLIVEIRA BAFFI

**QUALIDADE DE VIDA DE PARTICIPANTES DE PROGRAMAS DE ECONOMIA
SOLIDÁRIA**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Marília Martins Vizzotto – Presidente
Universidade Metodista São Paulo - UMESP

Profa. Dra. Maria Geralda Viana Heleno – Titular
Universidade Metodista de São Paulo -UMESP

Profa. Dra. Marisa L. Fabrício Mauro – Titular
Faculdade Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

Área de Concentração: Psicologia da Saúde

Dissertação defendida e aprovada em ____/____/____

In memoriam

À minha querida mãe,
que sempre acreditou
em mim

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora e mestra (prof.^a Dr.^a) Marília M. Vizotto, que pelo acolhimento, paciência e segurança, deu-me não somente a direção do como pensar, do como fazer, mas também dotou essa jornada com bondade e generosidade.

Ao meu marido Giacomo, que entendendo muito de economia solidária e nada de psicologia, não mediu esforços na busca da literatura necessária e nos difíceis trâmites burocráticos frentes às cooperativas.

À minha filha Luciana, que entendendo menos ainda, sempre esteve disponível nessa jornada, preocupada com a minha saúde, me acompanhando até as cooperativas, trazendo-me uma xícara de chá, guiando-me muitas vezes nos intrincados caminhos da computação, do google e da internet.

Para finalizar, mas não menos importante, à Dalva de Souza Lobo e Neide Ignácio de Oliveira Lespier, que sempre estiveram à disposição para compreender a enigmática língua portuguesa com seus verbos, advérbios, conjunções e frases eternamente muito misteriosos para mim.

BAFFI, S.M.O. - **Qualidade de Vida de Participantes de Programas de Economia Solidária**. Dissertação [mestrado] Psicologia da Saúde, Universidade Metodista de São Paulo. 104 pgs.

RESUMO

Este estudo buscou estudar qualidade de vida em indivíduos que trabalhavam em cooperativas com a filosofia da Economia Solidária. Mais especificamente procurou: levantar o perfil sócio econômico cultural e demográfico de indivíduos adultos integrantes de programas de Economia Solidária; avaliar a qualidade de vida desses indivíduos integrantes de programas; descrever a compreensão desses trabalhadores sobre o conceito de qualidade de vida. Participaram desse estudo 69 pessoas, trabalhadores de três cooperativas distintas de catadores de lixo reciclável. Foi aplicado um questionário elaborado especialmente para esse estudo contendo dados de identificação dos participantes, com o propósito de fazer um levantamento relativo aos dados sócio-econômicos, culturais e demográficos e, nesse questionário foi agregado o critério de classificação de renda e classe social da Associação Brasileira dos Institutos de Pesquisa - ABIPEME e utilizou-se a Escala de Qualidade de vida Whoqol Bref . Verificou-se, que os trabalhadores apresentaram um bom nível de qualidade de vida. Em relação aos dados sócio-econômicos–culturais, observou-se um predomínio da presença de mulheres, solteiras ou com parceiros, mas com filhos. Com relação aos domínios que compõem Qualidade de Vida, houve uma correlação significativa entre os domínios físico e psicológico e também uma correlação entre os domínios: psicológico e de relações sociais. Por outro lado, o domínio meio ambiente foi o que apresentou um índice menor de qualidade de vida em relação aos demais. Levanta-se a hipótese de que o fato dos cooperados estarem insatisfeitos com seus ganhos, por os considerarem insuficientes, acrescido de suas condições de moradia serem precárias, além da maioria ser oriunda de um sistema econômico competitivo e individualista e não terem ainda a devida adaptação que esse novo sistema exige, interferiram no domínio meio ambiente de forma negativa..

Palavras – chave: qualidade de vida; economia solidária; trabalho cooperativo; qualidade de vida e saúde

BAFFI, S.M.O. - **Qualidade de Vida de Participantes de Programas de Economia Solidária**. Dissertação [mestrado] Psicologia da Saúde, Universidade Metodista de São Paulo. 104 pgs.

ABSTRACT

This study has pursued to learn about the quality of life of individuals that used to work with cooperatives with the philosophy of the Solidary Economy. More specifically, it has intended to: identify the social, economical, cultural and demographic profile of adults that participate on activities promoted by the Solidary Economy; evaluate the quality of life of these individuals; describe the understanding that these workers have regarding the concept of quality of life. Sixty nine people were part of this study; workers from three different recyclable garbage collection cooperatives. A questionnaire especially elaborated for this study was applied containing the workers' identification data; with the purpose of making a databank of social, economical, cultural and demographic aspects. In this questionnaire the criteria of income classification and social class of the Brazilian Association of Research Institutes (ABIPEME) was incorporated along with the Whoqol Bref Life Quality Scale.

It was verified that the workers present a good level of life quality. Regarding the social, economical, cultural and demographic data, there was a dominance of single or married female with children. Regarding the quality of life, there was a significant correlation between the physical and psychological domains and also the correlation between the psychological domains and the social relations. On the other hand, the environmental domain was the one that presented the lowest data regarding quality of life.

The hypothesis is that the fact that the workers are unsatisfied with their insufficient incomes, their precarious homes, most of them coming from a very competitive and individualistic economical system and they not having the necessary adaptation that this new system requires, the workers have intervened on the environment domain in a negative way.

Key words: quality of life; solidary economy; cooperative work; quality of life and health

Sumário

	Pág.
APRESENTAÇÃO	08
I. QUALIDADE DE VIDA E SUA IMPORTÂNCIA	11
II. ECONOMIA SOLIDÁRIA	27
Objetivos.....	39
III. MÉTODO.....	40
IV RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	46
V. REFERÊNCIAS	82
ANEXOS.....	92
ANEXO 2 - Modelos das cartas de permissão para coleta de dados.....	93
ANEXO 3 - Modelo de Termo Consentimento Livre e Esclarecido.....	96
ANEXO 4 _a - Modelo da declaração de responsabilidade da pesquisadora.....	98
ANEXO 4 _b - Questionário levantamento de dados sócio-econômico culturais.....	99
ANEXO 4 _c - Ficha de avaliação sócio-econômica da <i>ABIPEME</i>	101
ANEXO 4 _d - Questionário Whoqol Bref.....	102
ANEXO 4 _e - Parecer do Comitê de Ética.....	107

APRESENTAÇÃO

Este trabalho buscou estudar a qualidade de vida de indivíduos trabalhadores em cooperativas que adotam programas de economia solidária e se propôs, ainda, a tecer relações entre a qualidade de vida e as variáveis sócio-econômicas e culturais desses participantes.

Nesse caminho de investigação, compreendemos que ambas variáveis Qualidade de Vida (QV) e Economia Solidária são conceitos bastante “especulados” embora ainda careçam de conceituação consistente. Entretanto, dentro das concepções ora existentes, ambos têm sido estudados nos últimos anos, principalmente como objetos de preocupação social. Nesse sentido, entendemos que essa preocupação está no que já anunciou Nogueira (2002), ou seja, como resultante do desequilíbrio nas condições de vida gerado pela industrialização predatória.

Com relação, à Qualidade de Vida, entendemos que os determinantes que constituem esse termo são multifatoriais; além de que, como já o disseram Seidel e Zannon (2004) essa multiplicidade de fatos que envolvem o conceito se entrelaçam de forma complexa alcançando aspectos sociais, econômicos, psicológicos, estilo de vida, acrescendo-se ao fato de que também é imbuído de influências históricas, culturais e formação social de cada povo. Deste modo, conforme esses mesmos autores busca-se através dele, medir o grau de satisfação e adaptação que um indivíduo tem do seu meio ambiente e é um recurso utilizado para se constituir novos caminhos para o desenvolvimento na época atual.

Entendemos, portanto, que a expectativa de uma melhor qualidade de vida passou a ser um dos resultados esperados nas aplicações dos programas desenvolvidos pelo

poder público, em diferentes seguimentos sociais e de saúde, principalmente no que tange à prevenção de doenças e promoção de saúde.

A Economia Solidária, por sua vez, é um sistema que se propõe a ser capaz de gerar trabalho e renda e desenvolvimento sustentável; e por suas próprias características, abre um amplo campo de compreensão e enfoque, dando margem a múltiplas comparações e discussões conceituais e se dispõe a ser analisado como estudo de caso enquanto fenômeno em si e como estratégia de intervenção (FRANÇA FILHO, 2007). Esse modelo de cooperativismo (SINGER 2001; GAIGER, 2004) pode desenvolver posturas grupais de coesão, novas atitudes no relacionamento social e o sentido de cidadania; acrescentando-se que é um modelo simples e de baixo custo e dito como uma solução aos problemas sociais e de sobrevivência. Também pode ser visto, segundo Gaiger (2004) como uma forma de reintegrar o homem em seu meio ambiente, através da saúde, da educação, defesa das classes minoritárias, preservação do ecossistema etc. Sua filosofia tende a unir o social e o econômico, a eficiência com o cooperativismo no trabalho e estabelecer os fundamentos de uma economia social.

Assim sendo, seria possível dizer que esses programas de economia solidária teriam uma relação, ainda que indireta, com a qualidade de vida de seus integrantes e, por conseguinte com a promoção de saúde psicológica desses sujeitos? Embora essa seja uma questão ampla e que tal resposta necessita de muitas investigações, é na busca de uma parcela de contribuição que caminhamos no presente estudo.

Cabe também salientar, que o interesse pelo tema surgiu a partir de observações feitas, anteriormente, de integrantes de um programa de formação de cooperativa e da qual a pesquisadora participou na condição de voluntária. Nesta

oportunidade, pôde-se perceber certa integração e sociabilidade que evolutivamente os membros alcançavam.

Assim, compreender a profundidade do alcance que um modelo de trabalho pode proporcionar na vida de pessoas, sobretudo a qualidade de vida, é de grande relevância na área da psicologia e ciências afins.

Observa-se, ainda, que a economia solidária é pouco utilizada como solução para problemas de renda no mercado excedente de mão de obra não especializada e tampouco é estudada como variável relacionada à promoção de saúde ou prevenção primária, mesmo em face das situações de crise que a falta de emprego proporciona. Assim, podem existir questões a serem respondidas, tais como: A economia solidária seria realmente o fator de mudança, responsável pela melhoria da qualidade de vida? - O que é qualidade de vida para essa população? - Quais fatores qualitativos de mudança e qual grau de importância na vida dessas pessoas? - Existe manutenção na mudança dos comportamentos ou eles são transitórios?

Certamente não poderemos responder todas essas indagações nesse estudo; apenas se instiga aqui aspectos que merecem investigações de cunho científico e que de fato avaliam tais relações. Isso é o que se propõe o presente estudo, em face de instigantes subtemas que circundam a economia solidária e a qualidade de vida dos indivíduos trabalhadores.

Porém, antes de se listar os objetivos específicos, há de se discorrer sobre a explicação teórica de ambas variáveis e apontar para os mais recentes estudos feitos na área. Passa-se, desse modo, a desenvolver dois grandes tópicos teóricos: a Qualidade de Vida e a Economia Solidária.

I. QUALIDADE DE VIDA E SUA IMPORTÂNCIA

Qualidade de vida é uma noção eminentemente humana desenvolvida para medir o grau de satisfação obtido na vida pessoal, familiar, social e até mesmo o ponto de vista que o indivíduo tem sobre sua existência. De acordo com Minayo, Hartz e Buss (2000) a QV é utilizada no cotidiano de forma genérica por gestores políticos, jornalistas, grupos ligados ao meio ambiente, ecossistema, quando pretendem se referir aos aspectos da evolução sócio-econômico, cultural ou de consumo. Souza (2007) acrescenta que, frequentemente, nos jornais, revistas e outros meios de comunicação, são encontrados temas que aludem QV para valorizar discursos, promessas de melhoria que não têm relação com o verdadeiro conceito que a ciência busca.

O termo Qualidade de Vida (QV) sofre a tendência de duas linhas conceituais:

- a primeira, segundo Seidl e Zannon (2004), diz respeito a uma postura mais ampla em que se observam também o âmbito social. Esse raciocínio é certamente influenciado por estudos sociológicos que não evidenciam os problemas de saúde como fator preponderante. É nessa linha de raciocínio, dessa concepção mais ampla, que fora adotada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para desenvolver um grande estudo multicêntrico que deu origem ao instrumento de avaliação da qualidade de vida. A segunda linha conceitual, segundo os autores supra citados, embora mantenha o caráter multidimensional, dá uma atenção maior aos sintomas, incapacidade e limitação ocasionados por doenças. Dentro da área da saúde a QV ganhou força com a mudança do paradigma – da doença para a saúde. Novos vetores ampliaram os determinantes responsáveis por esse binômio, ao considerá-los multifatoriais que se entrelaçam de maneira complexa com diversos aspectos

sociais, econômicos, psicológicos, estilo de vida etc. Dessa maneira em conjunção com os novos aspectos adotados, a expectativa de uma melhor qualidade de vida passou a ser um dos resultados esperados na comprovação da eficácia dos programas desenvolvidos na área da saúde, pelo poder público, das práticas assistenciais e prevenção de doenças.

Ainda nessa valorização dos âmbitos social e antropológico, Minayo, Hartz e Buss (2000), apontam para a noção de que QV vem recebendo influências constitutivas relacionadas a três vetores: a) condições e estilo de vida; b) desenvolvimento sustentável e ecologia humana; c) posturas oriundas de democracia, direitos humanos e sociais. Os referidos autores afirmam que os fatores determinantes de quais são os símbolos de conforto e bem estar de uma cultura, são formados pelos significados que refletem os valores individuais e coletivos, que por sua vez, se encontram subordinados ao contexto histórico e cultural de uma determinada época. Destacam que QV sofre influência de três vertentes, a saber: a) Histórico – Reflete o contexto temporal de uma sociedade expressando os valores, ponto de vista, postura econômica de um período, pois num outro momento, essa mesma sociedade poderá ter outro conceito de QV, em função da mudança dos parâmetros. b) Cultural - cada cultura é construída de forma personalizada. Seus valores, necessidades possuem voz e tradição própria. Assim, QV será definida de acordo com os fins de cada povo. c) Estratificação ou classes sociais - a sociedade que tende à prática da estratificação ou camadas sociais cujos fatores de QV são determinados por aqueles que pertencem às camadas superiores. A passagem de uma camada para outra superior pode tornar-se um conceito de QV.

Nogueira (2002) por sua vez, alega que, embora exista um relativismo cultural, um modelo hegemônico gradativamente está sendo formado a nível global. Tal modelo, principalmente do lado ocidental, sofre as influências do consumismo, valorizando o supérfluo e posturas predatórias referentes ao meio ambiente na eleição dos fatores de QV. É chamado de modelo de bem-estar predatório, o que desenvolve um paradoxo, já que segundo Nogueira (2002), o termo QV tem sua origem principalmente em relação aos conflitos desenvolvidos no meio ambiente, resultado da industrialização invasiva e predatória responsável pela degradação das condições de vida. Essa autora afirma que qualidade de vida é o resultado da consciência do que não se deseja no desenvolvimento.

Por outro lado, QV e seus aspectos subjetivos, tais como afetividade, liberdade, solidariedade, realização pessoal etc., são também relevantes. Segundo Fleck, Leal, Louzada, Xavier, Chachamovich, Vieira, Santos e Pizon (1999), os aspectos psicológicos estão entre os determinantes responsáveis por uma boa QV. Assim surge o questionamento do que QV é composta. A resposta se produz de maneira dupla. Este conceito é composto por um aspecto subjetivo representado pelos valores ditos acima, além da composição dos valores sociais e por um aspecto objetivo, porque se reporta a satisfação de necessidades elementares tais como moradia, alimentação, vestimenta, educação, saúde, lazer e assim por diante. Rocha, Okabe. Martins, Machado, Mello (2000) colocam que, para examinar QV, deve-se levar em conta:

As condições materiais, condições primárias e fundamentais da vida humana; as forças materiais de produção e transformações das condições materiais; qual o modo de produção da estrutura global e regional (econômica, jurídica, política e ideológica) e a formação social (divisão

de trabalho, desenvolvimento de forças produtivas, relações sociais de produção, classes sociais e lutas de classes), p.64

Nogueira (2002) observa que é comum a prática do termo como sinônimo de felicidade e bem-estar. Entretanto, salienta que muitos estudiosos vêem QV como um novo nome ao velho termo bem-estar.

Diante do exposto, entendemos que, embora haja diferença entre autores, principalmente sobre os vários fatores que compõem o conceito QV, há um consenso sobre sua multiplicidade; porém, é, sem dúvida um conceito ainda em fase de construção mais sólida.

Por essa condição, compreendemos que se torna importante trazer ao texto alguns apontamentos do histórico dessa concepção de QV, para melhor nos situarmos.

I. 1 CONSIDERAÇÕES SOBRE ASPECTOS HISTÓRICOS

Examinar a origem de QV torna-se tão complexo quanto conceituar o termo. Para uns nasceu da evolução de um outro conceito, o de saúde. Para outros é originário da evolução do conceito de bem-estar individual para bem-estar social e finalmente em QV. Por interesse do texto examinaremos os dois.

Para Fleck (1998) o interesse sobre qualidade de vida, surgiu pela primeira vez em 1964, quando o presidente dos Estados Unidos, Lyndon Johnson, mencionou: "os objetivos dos bancos não podem ser medidos por seus balanços, mas, sim, através da qualidade de vida que proporcionam às pessoas" (pg.1). Já Seidl e Zannon (2004),

comentam que o termo qualidade de vida é mencionado pela literatura médica na década de trinta.

Mas, historicamente, a Qualidade de Vida vem atrelada a diferentes concepções, entre elas a de saúde geral. E, nesse sentido, a compreensão do que era doença e saúde, recebeu forte influência dos padrões culturais da sociedade que representava e, por isso podia variar de cultura para cultura, (SCLIAR, 1999). De início, utilizou-se um modelo biomédico em que a perda da saúde era motivada pela presença de germes - da doença. Contudo, com o desenvolvimento científico, observou-se que as toxinas, o neoplasma, desregulação endócrina, deficiência nutricional etc., também causavam danos físicos. Ao término da segunda guerra mundial, o aparecimento de novas tecnologias, o desenvolvimento das ciências sociais e da informática em paralelo, permitiu que outras áreas pudessem contribuir para a compreensão desse modelo, além do aumento das doenças crônico-degenerativas, levando à conclusão de que as etiologias das doenças eram multicausais (FRIAS; SILVA, 1999). Acrescido a isso, um outro fator de grande importância alterou o ponto de vista etiológico ao se constatar que as doenças que mais contribuíam para a mortalidade eram de cunho comportamental. Em consequência, o conceito de saúde necessitou ser revisto. Passa-se então à discussão de: “o que é saúde” e “se saúde era somente ausência de doença”. Como coloca Ribeiro (1998), definir esse conceito era bastante complexo e polêmico, na medida em que variava de acordo com o contexto histórico e cultural, bem como com os diferentes pontos de vista filosófico, social e particular de cada povo, de cada sociedade. Assim, em 1974, Lalonde, então Ministro da Saúde e do Bem-Estar do Canadá, publica um relatório “*A New Perspective on the Health of Canadians*”, no qual defende que “saúde tem que ter como pilares a biologia humana, meio ambiente, estilo de vida e cuidados de saúde” (p.31). Gradativamente, segundo

Ribeiro, começam-se a se atrelar o conceito de saúde a outras instâncias da vida humana; nota-se então o deslocamento da idéia de doença de uma situação de causa e efeito para uma abrangência maior que atingiria todos os âmbitos da sociedade e do seu *modus vivendi*. Atrelado a este pensamento (OPAS, 2007) a Organização Mundial de Saúde, em 1986 define “estilo de vida como um conjunto de estruturas medidoras que refletem as atividades e valores sociais”.

Nessa mesma vertente, Pacheco e Jesus (2007) utilizam o termo estilo de vida para compreender os fatores estruturais intrínsecos e extrínsecos dos comportamentos e seus resultados. Colocam que estilo de vida são os reflexos simbólicos de uma estrutura econômica e social, e possuem pluralidade múltipla de comportamento. Assim, pode-se depreender que a concepção de saúde é muito mais abrangente e herdeira de múltiplos fatores do que se supunha o raciocínio biológico/orgânico. A saúde então se estende praticamente por todos os âmbitos de sustentação da sociedade, alcançando inclusive os meios de produção. A carta de Ottawa de 1986, ao dar um passo à frente, define que “Saúde é um conceito positivo que acentua os recursos sociais e pessoais, bem como as capacidades físicas”, e frisa, “[...] a Promoção da Saúde não é uma responsabilidade exclusiva do setor da saúde, pois exige estilos de vida saudáveis para atingir o bem-estar” (OPAS, 2007).

Pela própria evolução do tema, gradativamente o termo estilo de vida deixa de ser tão utilizado buscando-se outro que abarcasse mais claramente e assim, surge outro, mais abrangente – qualidade de vida.

De início houve muita dificuldade em desenvolver uma conceituação metodológica para o termo qualidade de vida, já que era um termo bastante amplo e alcançava múltiplos sentidos. Buscando saídas para o problema, surge uma tendência em

adotar o conceito de subjetividade e multidimensionalidade e que segundo Seidl e Zannon (2004), o conceito de subjetividade refere-se à concepção que a pessoa tem sobre seu estado de saúde e aos outros aspectos que compõem sua vida; o segundo, a multidimensionalidade refere-se ao reconhecimento de que o construto possui variados aspectos e dimensões.

Já Nogueira (2002), assinala o longo caminho que o conceito de bem-estar percorreu abandonando os aspectos individuais, passando para coletivo na forma de bem-estar social e finalmente em QV. Contudo não são todos os autores e estudiosos que concordam com isso. Para uns, bem-estar é um conceito que vai além de QV e para outros é exatamente o contrário. Outros argumentam que bem-estar e nível de vida são atributos que compõem QV, mas não são equivalentes, já que, embora os determinantes econômicos sejam fundamentais, não se pode considerá-los como determinantes essenciais. Segundo essa autora, é a partir do século XVIII, que se principia a ouvir vozes cujo tema dizia respeito às diferentes condições de vida das classes sociais. Contudo o interesse não estava exatamente voltado para o bem-estar das pessoas, mas sobre as conseqüências políticas do enriquecimento individual e em como melhorar as condições de vida na sociedade; a melhoria da vida das pessoas seria uma conseqüência lógica a partir do momento em que a sociedade em si melhora. Nos séculos XVIII e XIX a noção de bem comum sofre uma transformação na eleição de valores e estes passam a se vincular aos bens de consumo. A preocupação com o social torna-se pública e se reconhece o direito individual da satisfação das necessidades de sobrevivência. Para isso ocorre a intervenção estatal que transporta os recursos financeiros para a criação de serviços sociais coletivos, que teria como finalidade a melhoria do bem-estar da população.

Assim, o conceito QV surge e passa a ser utilizado como um recurso que contém elementos adaptados à necessidade da constituição dos novos caminhos que o desenvolvimento global requisita na época atual.

Na concepção de Nogueira (2002) QV é vista como um desdobramento da teoria do desenvolvimento. Ora, essa concepção compreendida por esse autor nos remete às relações entre QV e saúde mental – fato que nos leva a um outro nível de questionamento, mas que não nos cabe ingressar no presente estudo. Um dos objetivos que a saúde mental atualmente possui é o de não apenas curar ou prevenir doenças, mas também criar recursos que possam dar melhores condições de saúde à população.

Jardim, Barreto e Assunção (2007) assinalam que outro aspecto relacionado à qualidade de vida refere-se à tendência das pessoas em sustentarem certo nível de bem-estar, mesmo que ocorram mudanças em seu meio ambiente e que, somente quando tais mudanças ultrapassam certo limiar, os fatores ambientais parecem afetar o estado de bem-estar do indivíduo.

Assim, mesmo diante de tantas postulações diversas, a concepção tida como universal é aquela apregoada pela Organização Mundial da Saúde (OMS 1999). Dentro dessa organização, o WHOQOL Group - World Health Organization Quality of Life Group postulou que o conceito de QV deve levar em conta o ponto de vista do indivíduo e a maneira de como ele se relaciona na vida. Assim, esta organização define QV como uma percepção individual da posição do indivíduo na vida, no contexto de sua cultura e sistema de valores nos quais ele está inserido e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões

e preocupações. Em 1991 a Conferência da Organização Mundial da Saúde (OMS), realizada em Sundsväl introduziu o tema “meio ambiente” à saúde ampliando-o ao englobar dentro dele as dimensões sociais, econômicas, política e cultural, como responsáveis pela manutenção da saúde da população, pois cada uma dessas dimensões está profundamente ligada umas às outras. Este é, segundo Ribeiro (1998) um conceito de classificação que assume amplas proporções e que recebe complexas influências dos aspectos da saúde física do indivíduo, do seu estado psicológico, relações sociais e nível de independência pelas relações que estabelece com as características mais relevantes do seu meio ambiente.

Assim, entendemos que, diante de tantas discussões, prevalece e tem sido aceita a conceituação de QV da Organização Mundial de Saúde (OMS); porém, outra tarefa a ser cumprida foi a de como medi-la em indivíduos e em uma população.

I. 1.1 A QUALIDADE DE VIDA E A TAREFA MÉTRICA

Existindo um consenso, a partir da OMS sobre uma conceituação de QV, passam os estudiosos a pensar em como avaliá-la. Para Souza (2007) a escolha de um instrumento que avalie QV está diretamente relacionada ao que se pretende medir dentro do conceito, ou seja, se são os aspectos gerais ou os relacionados à saúde-doença. E, ao entendermos, conforme dito anteriormente que a Conferência da OMS de Sundsväl em 1991 introduziu o termo “meio ambiente” à saúde ampliando-a já que englobou as dimensões sociais, econômicas, política e cultural, como responsáveis pela manutenção da saúde da população. Entende-se, portanto que um instrumental deva mensurar tanto os aspectos mais gerais quanto aqueles relacionados aos de saúde e doença.

Porém, ainda assim, autores como Liu (1975, *apud* RIBEIRO, 1998) ainda questionam o modo de classificação e mensuração de QV. Esse autor preocupou-se em sistematizar o tema desenvolvendo uma estrutura que poderia guiar trabalhos empíricos e entendeu que qualidade de vida deveria ser medida por nove indicadores avaliados por variáveis quantificáveis, além de dividir QV em dois componentes principais – subjetivo - psicológico, e objetivo, que se refere ao social, econômico, político e ambiental. Souza (2007) entende que os instrumentos genéricos avaliam QV como um conceito subjetivo, pois a percepção pessoal é levada em conta; é multidimensional, ou seja, características tais como o físico, social, psicológico, estilo de trabalho, sexual, espiritualidade, e os aspectos negativos - como reação a dor e positivos – capacidade de resolver problemas ou realizar tarefas, são observados. Segundo essa autora, o principal objetivo dos instrumentos genéricos é o de avaliar a vida tal como ela se apresenta, refletindo o impacto do momento vivido, fornecendo de maneira ampla um perfil da saúde da população avaliada. Dessa forma o WHOQOL bref elaborado pela Organização Mundial de Saúde é considerado um dos instrumentos genéricos. Já os instrumentos específicos foram desenvolvidos para medirem aspectos relacionados a problemas de saúde. Finalmente os “utility” estão relacionados ao impacto econômico que uma doença pode acarretar.

Por outro lado Rocha, Martine, Machado e Mello (2000) reforçam a importância de se observar o aspecto subjetivo quando se remete às formas de medidas ou de compreensão de QV. Os autores perguntam:

De quem é a melhor percepção de qualidade de vida: daqueles que a vivem ou daqueles que a observam? Possivelmente do conjunto de ambos, desde que os aspectos humanos e os do espaço urbano se fundam em um conceito humano e sustentável (p. 64)

E concluem esses mesmos autores ao indagarem sobre medida de qualidade de vida:

...a percepção da população acerca da qualidade de vida precede a análise daqueles que a observam? Ou vice-versa, pois a percepção só pode ser concebida a partir de cenários construídos e consolidados no imaginário coletivo? (p. 64).

Fleck (1998) por sua vez, menciona que são três os aspectos primordiais que constroem a noção de qualidade de vida: Subjetividade, multidimensionalidade, presença de dimensões positivas e negativas. O Whoqol (World Health Organization Quality Of Life) nasceu da preocupação da Organização Mundial da Saúde em padronizar esse conceito. Segundo Seidl e Zannon (2004), a OMS ao formular um instrumento que medisse QV buscou uma conceituação que abarcasse aspectos internacionais e transculturais da população. Dessa forma, foi desenvolvido um instrumento de avaliação de QV, representado por seis domínios que refletiam a multidimensionalidade do construto elegido, que seriam: domínio físico, domínio psicológico, nível de independência, relações sociais, meio ambiente e espiritualidade / religião / crenças pessoais. Tal instrumento passou a ser chamado de Whoqol-100. Posteriormente foi desenvolvido o Whoqol-bref, cujos domínios utilizados são: Físico, Psicológico, Relações e Meio ambiente.

Um questionamento feito por estudiosos como Dantas, Sawada e Malerbo (2003) concernente à validação dos instrumentos utilizados para medir QV é que na sua maioria foram produzidos na língua inglesa necessitando de um processo de validação transcultural. Porém, o WHOQOL 100 e WHOQOL Bref, fogem desse questionamento ao preencherem este quesito, pois foram traduzidos para o português e validados pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Diante de tais considerações acerca de Qualidade de Vida, bem como de suas possibilidades de mensuração, entendemos que sua constituição é multifatorial e, a multiplicidade de fatos que a envolve se intercambiam nos âmbitos subjetivos ou psicológicos, sociais, econômicos, físicos e de saúde geral, acrescido de influências histórico-culturais.

I. 3 TRABALHO E QUALIDADE DE VIDA

Definir o conceito do que é qualidade de vida no trabalho, como em tantos outros momentos, torna-se uma tarefa espinhosa e complexa já que este termo também aqui se mostra extremamente amplo abarcando várias facetas e dimensões. Pesquisadores e agências de saúde como as organizações mundiais – OMS e a Latinoamerica Organização Panamericana da Saúde (OPAS) – reconhecendo este fato buscam entender quais são as interdependências entre qualidade de vida e trabalho. Entre esses autores, Lacaz (2000) aborda que são várias as definições de qualidade de vida no trabalho. Em alguns momentos refere-se aos aspectos tecnológicos e suas vantagens e em outros está associada a fatores econômicos (salário, incentivos, prêmios etc), saúde física e mental, segurança e organização de trabalho, tais como divisão de tarefas, de pessoas, de espaço e tempo. Mas este autor friza a importância do controle, poder e autonomia e a possibilidade de interferir sobre estes processos como ponto vital. Assim, o método de trabalho utilizado torna-se um vetor de destaque e importância na compreensão da manutenção de QVT. Somado a isso, de acordo com Leite, Souza, Minetti e Machado (2000), existe a pressão que a competitividade impõe em função do processo da globalização. Pressão essa, tanto psicológica quanto mercadológica, desenvolvendo muita instabilidade no mercado de trabalho. A perda da qualidade de vida é uma consequência um tanto quanto lógica nesse

cenário e o faz sem fronteiras, principalmente em países cujo desenvolvimento ainda carece de maior equilíbrio nas políticas de desenvolvimento e nas leis que regem o mercado.

Dejours (1988), aponta para o perigo que um comportamento estereotipado promove no ser humano acarretando um processo de anulação do indivíduo, lembrando que Taylor, na sua proposta de automação do trabalho, desenvolve um processo em que o homem se submete a uma escala maior de ordens, alienando-se do que faz, reduzindo-lhe a autonomia. Não há tarefa comum e tampouco trabalho coletivo. As divisões se sucedem numa escala cada vez maior, surgindo os departamentos, setores etc e os pontos de união desaparecem neste complexo. Mazzilli (2000), seguindo essa mesma linha de pensamento, coloca que uma das propriedades essenciais do taylorismo é a de permitir o controle capitalista do processo de trabalho, dando-lhe condições de dirigir os conhecimentos práticos, que até o momento se encontravam nas mãos dos operários, obtendo com isso a separação do trabalho manual e intelectual. Este autor assinala que o método taylorista gera exigências nefastas no corpo, atentando principalmente no aspecto do ritmo temporal e de trabalho, podendo desenvolver um esgotamento não somente físico como também mental. Esta postura é de âmbito geral, surgindo uma sociedade compulsiva no desenvolvimento da produção, movida pela satisfação do ganho e do consumo; no trabalho a qualidade é substituída pela quantidade.

Dejours (1988) ao tratar da questão da “ideologia da vergonha” no sistema de trabalho operário, assinala que é considerado vergonhoso parar de trabalhar porque está doente, e isso é visto também como um sinal de perda de emprego. Assim, procura-se esconder o mais possível o fator doença. O autor comenta que quando as condições de

sobrevivência são muito precárias não se nota a presença da angústia frente a doença, mas isso não significa que ela não exista, mas simplesmente está oculta. De modo que, a função da “ideologia da vergonha” é que essa busca manter afastado o risco de parar de trabalhar e, quando essa função fracassa, a tendência é o surgimento do alcoolismo, violência anti-social e a loucura. Assim o indivíduo busca afastar-se de qualquer fato que lembre ou que ameace essa prática; por isso, tende a se afastar dos médicos, consultas ou qualquer outro tipo de assistência. De modo que o objetivo da ideologia defensiva é o de mascarar, ocultar, mascarar, conter uma ansiedade particularmente grave.

Ao criticar o trabalho após a revolução industrial e a modernidade, Dejours (1988) explica que do ponto de vista psicopatológico essa organização do trabalho se apresenta em: divisão do modo operatório de trabalho, do organismo definido por órgãos que executam e concebem intelectualmente e divisão de homens em hierarquia. O homem artesão desaparece dando lugar a um outro homem despossuído de vontade com seu trabalho profundamente dividido.

Nessa linha de raciocínio, Malassise e Alves (2005) entendem que o homem numa sociedade de consumo desenvolve hábitos que o obrigam a trabalhar mais para consumir mais, criando um verdadeiro círculo vicioso que possibilita gerar fatores que afetam a qualidade de vida. Vasconcelos (2001) refere-se ao trabalho desenvolvido dentro do âmbito empresarial como um local onde a liberdade foi suprimida e as pessoas que não concordam com o sistema vigente são afastadas; de modo que o trabalho não oferece mais prazer e tampouco auto-realização, deixando de ser um fator de crescimento, de satisfação pessoal e profissional. Dejours (1988) aponta que o operário dentro do sistema mecanicista desenvolve dois sintomas: insatisfação e ansiedade. Conseqüentemente sua saúde física é

abalada, desenvolvendo comportamentos nem sempre saudáveis para fazer frente à uma sociedade que exige o comportamento de satisfazê-la no seu consumo.

O mesmo autor aponta para a solidão do operário, para a impossibilidade de se comunicar, o prejuízo que isso acarreta - a repetitividade dos gestos, o trabalho sem criatividade... e o risco que a psicopatologia pode ocorrer ao valorizar o que há de comum e de coletivo nas vivências ao invés de se ater aos sinais que separam os indivíduos, além de poder atribuir às condições materiais e econômicas as causas do sofrimento.

Desse modo, compreender QV no trabalho, ou pelo menos conceituá-la, torna-se de fato uma tarefa difícil. Isso, pois, por um lado há os defensores de um “trabalho, ainda que árduo, mas feliz” e aqueles que defendem que o trabalho em si não é necessariamente um instrumento de realização e crescimento, mas sim, uma supressão da liberdade.

I. 4 ESTUDOS SOBRE QUALIDADE DE VIDA

Estudos sobre QV vêm sendo muito desenvolvidos nos últimos dez anos, sob as mais variadas vertentes e também as mais diversas variáveis.

O conceito genérico de qualidade de vida no trabalho tornou-se uma variável de grande influência na investigação dos estudos feitos nesta área. Siqueira e Coleta (1989) desenvolveram uma pesquisa em que buscavam esclarecimentos sobre esse conceito e quais as dimensões abrangidas por ele, além de quais fatores que poderiam ser eleitos como determinantes em QVT, sob o ponto de vista do trabalhador. Foram utilizados 100 sujeitos de ambos os sexos de empresas industriais e comerciais de Uberlândia, Minas Gerais. Os

resultados puderam demonstrar aspectos positivos e negativos de um bom e mau trabalho, incidentes considerados também positivos e negativos, assim como o levantamento de sugestões de melhoria no trabalho. Permitiu também que os resultados fornecessem a elaboração de um modelo que integrasse tanto as variáveis organizacionais como as individuais que permeavam a dinâmica das atividades humanas no trabalho, contribuindo com isso para o entendimento e o impulso de futuras pesquisas nesta área.

O conceito de QV foi apontado como um fator importante na manutenção das relações com o meio ambiente dos moradores do Vale do Jequitinhonha. Penna (2006) relata um caso do estudo qualitativo que buscava compreender que tipo de relacionamento tinha com o meio ambiente, cuja região era endêmica para esquistossomose. Verificou-se que o contato com a realidade era mantido pela relativização do imaginário de que a água era boa. Sustentavam o conhecimento da situação com certa indiferença, pois ali eles viviam e construíam suas vidas. Entretanto, apesar dessas contradições mantinham uma ligação com o impulso vital, pois buscavam novas formas que lhes dessem uma melhor Qualidade de Vida.

Silva, Souza e Minetti (2002), relatam uma pesquisa com trabalhadores marceneiros para levantamento do perfil, condições de trabalho nas marcenarias, visando melhores condições de trabalho, saúde e bem-estar. Na coleta de dados verificou-se que esses funcionários apresentaram vários distúrbios físicos ocasionados pela ocupação que exerciam, tais como alergia, cansaço, dores nas pernas e na coluna e também falta de treinamento e nenhum conhecimento sobre segurança e higiene no trabalho. Entretanto não apresentaram uma incidência alta de acidente grave. Estes autores mencionam a

necessidade da implantação da prática de estudos ergonômicos como recurso para obtenção da QV. Tais estudos visam mudanças adaptativas nas condições e meio ambiente de trabalho de acordo com as características físicas e psicológicas de quem as executa, proporcionando maior conforto, saúde e segurança, tendo como consequência maior eficiência na execução das tarefas desenvolvidas. A obtenção da QV no trabalho argumentam eles, reflete diretamente nos relacionamentos familiares e vida social, que na forma contrária pode ser severamente afetado.

Este fato é demonstrado na pesquisa realizada por Moreira, Guizardi, Rodrigues, Gomes, Daros, Andrade, Moraes (1999), junto aos policiais do 1º Batalhão da Polícia Militar do Espírito Santo sobre as condições de trabalho aos quais são submetidos. A partir dos dados obtidos observaram que o papel e a atividade profissional do trabalho policial estendiam-se a todos os âmbitos de sua vida, não somente como uma identificação institucional, mas também com os conflitos e contradições ocasionados pela ambigüidade da demarcação dos limites de sua função, acarretando grande sofrimento mental. Sofrimento mental este, que era agravado pela falta de condições de se fazer uma análise coletiva na instituição militar. Desta forma não somente a saúde do trabalhador é colocada em risco como também todo o seu meio familiar e social.

Panzini, Rocha, Bandeira e Fleck (2007), discorrem sobre a importância da dimensão da espiritualidade como fator na obtenção e manutenção da Qualidade de Vida. Em seu estudo de revisão de literatura frisam a importância de observar o conceito de QV de forma transcendente às dimensões da psicologia, meio ambiente e outros, tornando-se uma medida de extrema importância na medição da saúde. Referem-se à importância de se

atentar ao domínio do benefício do uso da espiritualidade como terapêutica de qualquer doença. Declaram que há indícios consistentes na associação da qualidade de vida e espiritualidade/religiosidade. Entretanto assinalam a necessidade de maiores estudos a respeito em especial no Brasil.

Assim, preocupando-se com a importância da dimensão da espiritualidade foi desenvolvido um instrumento, o Whoqol-SRPB (SRPB sigla em inglês), para se medir de que forma a espiritualidade, religião e crenças pessoais estão relacionadas à qualidade de vida, saúde e na assistência à saúde. Segundo Fleck e Skevington (2007), o Whoqol SRPB, deve ser visto como uma importante contribuição na compreensão da influência da espiritualidade, religiosidade e crenças pessoais, em virtude delas funcionarem como um recurso utilizado em lidar com os conflitos humanos, pois dão significado às decisões tomadas e com isso hipoteticamente influenciam QV. Fundamentam ainda que SRPB pode ser considerado independente do construto do bem-estar psicológico, pois apresenta coerência em seus construtos. Finalizando, colocam que os conceitos estruturais do Whoqol são transculturais por consenso, tornando-se com isso um dos pontos fortes para sua aplicação.

II. UMA COMPREENSÃO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Economia Solidária ao contrário do capitalismo, por princípio, nega a dicotomia entre trabalho e a posse dos meios de produção. Postula o conceito de igualdade de direito a todos, a propriedade comum do capital, a distribuição igualitária e a gestão democrática, (SINGER 2001). Abarca não somente o sistema de cooperativas, mas também uniões associativas, grupos informais de produção, pequenas empresas, clubes de troca, redes de

troca e outros. A Economia Solidária também busca a reinserção do homem em seu meio através da saúde, da educação, da defesa das classes minoritárias, da preservação do meio ambiente, etc, além de propor a criar postos de trabalho e de serviços sociais. Segundo Gaiger (2004), a Economia Solidária tendo como filosofia a união do social com o econômico e a eficiência com a cooperatividade no trabalho, além de estabelecer os fundamentos de uma economia social, busca retirar os aspectos dirigidos e pré-moldados do trabalho, respeitando a iniciativa própria da autoprodução.

Em função da plasticidade de uso, possui condições de abarcar o mercado excludente que, por motivo de excesso de mão-de-obra e de concorrência excessiva entre outros, resulta num grande número de pessoas que se encontram sem condições de encontrar trabalho para o seu sustento. Este novo enfoque transforma-se em oportunidade para uma melhor igualdade social (KAPRON 2002).

Evidenciando um outro aspecto, Neves e Costa (2007) discorrem sobre a presença das mulheres que não possuem profissão qualificada no mercado excludente. Estas autoras apontam sobre o que chamam de “feminilização da pobreza”, ou seja, a pobreza com elas se faz mais premente em função da desigualdade social que se estende em várias áreas sociais inclusive o mercado de trabalho. Seus salários são menores em relação aos homens e ocupam menos cargos e chefias; permanecem em nichos de cargos considerados femininos, ou seja, só para mulheres, os quais, na maioria das vezes, limitam a possibilidade de ascender a cargos considerados melhores. São mais expostas ao desemprego e aos trabalhos considerados informais e precários, incluindo as atividades domésticas. Acrescido a isso a maternidade surge como mais um fator diferencial, pois

além das suas atividades profissionais cuidam da casa e dos filhos. A segregação social e a precarização do trabalho, a limitação a espaços diferenciados, a idade, representam um limite ao crescimento e a obtenção de recursos e a uma nova posição social. As autoras afirmam que para as mulheres a realidade de carências é muito mais presente e que, aqui no Brasil, os domicílios as quais são responsáveis estão classificados entre o mais carentes. A economia solidária, pela sua própria filosofia, surge como alternativa para reverter esse quadro, e transforma-se em **espaços intermediários**, localizados entre o público e privado e que podem contribuir para romper as limitações sociais existentes. Falam ainda sobre a **justiça de proximidade** como consequência às iniciativas realizadas pela Economia Solidária como recurso essencial para o enfrentamento da pobreza.

II. 1 ASPECTOS TEÓRICOS

Do ponto de vista teórico, a Economia Solidária possui temas de grande complexidade e é por isso um objeto de múltiplas possibilidades de discussão, de compreensão e enfoque. França Filho (2007) propõe vértices de estudo para a compreensão da Economia Solidária, tais como: aspecto conceitual, contextual, os estudos de caso, como uma metodologia de intervenção e como uma faceta que adentra a saúde pública.

Assim, o autor chama de **Conceitual** o enfoque economista/antropológico - examinada sob o nível conceitual permite ampliar a discussão não somente sobre os motivos do agir econômico de uma sociedade quanto observar os efeitos com um olhar mais antropológico. O **Contextual** é aquele que discute seus resultados dentro do contexto social vigente do capitalismo, buscando analisar seus efeitos nos diferentes setores sociais,

tais como a crise de trabalho, combate à pobreza e exclusão social. E o de **Estudo de caso** dá-se mediante o uso de seus métodos singulares; procura-se compreendê-la como fenômeno em si. Discorre ainda sobre uma **Metodologia de intervenção** – colocada como tecnologia social que seria, de acordo com França Filho (2007), um instrumento que geraria trabalho e renda, além da promoção de desenvolvimento sustentável. E, no âmbito da saúde, explica que se pode incluí-la como **Política pública**; neste aspecto Economia Solidária adentra no **status** da política em função das experiências praticadas nas diversas regiões do país, assim como os efeitos alcançados. Esse autor ainda faz referência sobre outro ponto: Frequentemente Economia Solidária é vista somente como um setor à parte cuja função seria a de ajustar as disfunções do sistema econômico, solucionando assim o problema das pessoas de baixa renda ou os excluídos de tal mercado. Torna-se necessário, portanto, ampliar o alcance da Economia Solidária.

Ainda França Filho (2007) argumenta que historicamente, praticou-se a economia sob diferentes princípios econômicos, denominados como mercado auto-regulado, redistributivo, recíproco e o doméstico. Tais princípios históricos de manejo econômico resultaram atualmente em três formas de economia, a saber: economia Mercantil, não Mercantil, economia não monetária que tem no seu cerne o princípio da reciprocidade, ou seja, o dar, o receber e o retribuir. Busca-se principalmente manter os laços sociais.

Para esse mesmo autor, a Economia Solidária poderia ser utilizada no nível micro ou meso-social do conceito macro social de economia. Seria uma “articulação inédita entre as três formas citadas acima inventando um outro modo de definir o ato econômico”,

pois ela traz dentro da sua filosofia a capacidade de gestar as diferentes lógicas que se encontram constantemente em tensão nas dinâmicas das organizações econômicas.

Ainda segundo França Filho (*op.cit.*), uma das características da Economia Solidária é a prática da iniciativa associativa ou cooperativa de moradores de determinadas regiões que procuram soluções de problemas públicos e outras demandas reais que afetam aquele local. Essa busca desenvolve e estimula um circuito integrado de relações sócio-econômicas que envolvem produtores, prestadores de serviços e consumidores usuários de serviços numa lógica de rede. Neste tipo de economia o aspecto da oferta e demanda deixa de ter sentido como um processo representativo de auto-regulação de mercado. A competição segue o mesmo caminho. A economia sob o aspecto de rede rompe com o regime de mercado regido pela regulação de produção e consumo, dando espaço e estimulando a livre associação entre produtores e consumidores, permitindo o nascimento do conceito de prossumidores. Ainda segundo esse autor, na **Economia de prossumidores**, sua regulação é feita através de debates públicos podendo exercer a prática da democracia local, onde os moradores têm o poder de decisão sobre a oferta e demanda dos produtos necessários para a comunidade, identificados previamente. Uma outra característica chave dessa economia refere-se à junção das dimensões sócio-política e sócio-econômica, nas quais os moradores debatem politicamente seus problemas comunitários tendo o poder de decidirem seu destino.

Em contraste, ao analisar o mercado excludente, Singer (2002), observa que os trabalhadores habituados a esse tipo de sistema que valoriza os ganhadores além da simples participação, estão muito mais orientados a supor que qualidade de vida é um atributo mais

material do que afetivo. Acrescenta ele que são deixados de lado os resultados que tal competição gera àqueles que não contaram com a mesma sorte. No sistema capitalista existem dois opostos – o primeiro deriva daqueles que tiveram êxito e conseguiram acumular fortunas e o segundo resulta daqueles que por não disporem de capital, vendem o seu trabalho a outrem. Isso significa que embora a livre competição aparentemente seja para todos, não o é. Para os excludentes torna-se muito mais difícil, em alguns casos, quase impossível.

Esse mesmo autor coloca que para uma empresa solidária poder desenvolver suas atividades necessita de uma rede de trabalho interligada no qual um setor não subsiste sem o outro e, externamente essa interligação continua. Na autogestão, cada um possui sua cota de trabalho; procurando relacionar-se entre si, todos são responsáveis e participam equitativamente, tanto no trabalho e nas decisões, quanto na divisão de ganhos. Portanto, se ela progredir e tiver lucros todos ganham, assim como também, se tiver prejuízos todos participarão na tentativa de sanar os débitos assumidos. Enfatiza que a desigualdade não é natural e tampouco a competição generalizada; ela resulta da forma como se organizam as atividades econômicas, ou seja, o modo de produção. Esse mesmo autor entende a Economia Solidária como um processo de amparo às novas forças produtivas possibilitando a implantação de novas relações de produção que possam desenvolver um processo, promovendo com isso o crescimento econômico sustentável de maneira equitativa na população, alcançando os que se encontram marginalizados na atual estrutura de mercado.

Finalizando, torna-se importante esclarecer as freqüentes confusões terminológicas em torno de Economia Solidária, Terceiro Setor e Economia Social.

Para França Filho (2002), Terceiro Setor desempenha sua prática no espaço intermediário que se situa entre o Estado e o mercado de trabalho, espaço social mercantil e de vida frequentemente ocupado também pela Economia Solidária. Mas esta semelhança pára aí, pois ele é movido por objetivos filantrópicos, sem cunho religioso, com certa participação de voluntários, além de ser formal e independente. Já Economia Solidária e Economia Social possuem um histórico de origem comum com o movimento associativista operário na primeira metade do século XIX na Europa, mas atualmente são distintas no desempenho de suas funções. Economia Social no transcurso de sua história torna-se altamente institucionalizada e dependente do Estado, passando a ser um complemento do mesmo, engolfada por posturas tecnocratas que substituíram os ideais políticos. Economia Solidária pela sua própria filosofia e atuação traz a possibilidade de renovar e reatualizar a Economia Social nos seus ideais políticos.

II.2 COOPERATIVISMO SOB PERSPECTIVA HISTÓRICA

Historicamente a Economia Solidária tem muitas raízes, a mais forte é o cooperativismo.

Com a entrada do capitalismo, o método de produção passou a estar centrado na busca do lucro, uso de mão-de-obra assalariada, moeda substituindo o sistema de trocas, fortalecimento da burguesia, desigualdades sociais, controle dos sistemas de produção etc.

Fundamentando esse novo sistema surgem as ferramentas automatizadas movidas pelo motor a vapor, produção conhecida pelo termo maquinofatureira. Necessitando de base técnica adequada, tais máquinas gradativamente dão origem à

eletromecânica, selando assim o nascimento da revolução industrial. Representando uma nova forma de executar a produção, a linha de montagem e a esteira rolante são desenvolvidas pelas indústrias Ford. Taylor, além de adotar como método a teoria da Organização Científica do Trabalho, que tem por objetivo a racionalização do processo produtivo (ESTEVEVES ; LELIS, 2002), também reforçam esse cenário. Sua proposta consiste num trabalho que se apresenta em duas partes: concepção e execução - tarefas individualizadas e, a perda do direito daquele que executa de criar ou interferir no projeto.

Segundo Silva (2000), para Taylor, a noção de organização da ação está voltada para a tarefa e não para o homem; ele separa a atividade física da intelectual, abrindo as portas para a alienação no trabalho e profundas mudanças sociais que se sustentam até hoje.

Por outro lado, ocorrem outros efeitos de grandes proporções na sociedade. De início a industrialização produziu o movimento de massas migratórias do campo para a cidade, atraídos pelas fábricas buscando uma forma melhor de vida. Entretanto, em função da automatização, rapidamente a oferta de mão-de-obra se tornou maior do que a procura.

De acordo com Singer (2001), sem leis que regulamentassem a automatização, a resposta foi a pobreza e o desemprego. Esse cenário deu origem ao nascimento do cooperativismo cuja filosofia seria o âmago da Economia Solidária.

No século XVI, surge P.C. Plockboy e posteriormente John Bellers, que demonstravam nas suas idéias este princípio. O cooperativismo moderno, chamado assim, surge em Manchester na Inglaterra, no dia 21 de dezembro de 1844, com um grupo de 28

tecelões que fundam a The Rochdale Society of Equitable Pionner. De acordo com Lima (2004), essa decisão nasceu da idéia de socialistas utópicos que acreditavam que seria uma resposta à altura frente ao desemprego, às condições de vida e de trabalho insalubre dos operários. De início foi uma cooperativa de consumo dos operários têxteis, mas em 1850 já se tornava uma cooperativa de produção industrial (um moinho), e em 1854, uma tecelagem e fiação. Esse movimento então não parou de crescer. Em 1895, em Genebra, foi criada a Aliança Cooperativa Internacional, que ratificou os princípios de Rochdale, que seriam a adesão voluntária dos seus membros, gestão democrática, participação econômica igualitária na criação e no controle do capital, educação e formação dos sócios além da intercooperação do sistema cooperativista. Hoje, cento e sessenta e quatro anos passados, essa idéia se encontra presente em todos os cantos da Terra. De modo que o cooperativismo, segundo Martins (2004), foi criado visando à adesão de todos em volta de um mesmo objetivo, sem visar lucro. Através da cooperatividade, os homens abandonam suas posturas individuais e assumem as grupais, trabalhando e pensando em conjunto para desenvolver e alcançar suas metas.

II.3 COOPERATIVISMO HOJE: ENTRANDO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Cooperativismo é um método pacifista, uma das vertentes onde a Economia Solidária será gerada. De acordo com Coutinho, Beiras, Picinin e Lückmann (2005), o país vive um momento de crise onde o desemprego e a exclusão social são suas características base. Dentro de uma sociedade, trabalho e meio social estão intrinsecamente ligados, pois a. ausência de um desequilibra o outro, ou, o mal uso de um, acarretará no mau uso do outro.

A busca de um método que possa garantir a sobrevivência dos excluídos faz-se premente (KAPRON 2002). O uso da Economia Solidária torna-se viável e é a solução mais utilizada no momento. Ela traz dentro de si os princípios do cooperativismo, como filosofia, mas como já foi visto, o seu uso se estende muito além das cooperativas o que a torna dinamicamente diferente.

Este fato é comprovado com Barfknecht, Merlo e Nardi (2006), que apontam sobre as vinculações entre o prazer, sofrimento e a organização do trabalho em um estudo realizado numa cooperativa inserida na filosofia da Economia Solidária. Os resultados demonstraram que houve uma identificação com o cooperativismo, relações solidárias, havendo uma mudança do sofrimento em prazer, dando condições ao surgimento da saúde mental.

Piccinini (2004), por sua vez, pontua que uma verdadeira cooperativa de trabalho, além de oferecer trabalho ao associado, viabiliza também serviços, como saúde, aquisição de equipamentos e alimentos a baixo custo etc. e oferece aos seus associados a oportunidade de auferir ganho superior àquele que teria se ofertasse sua força de trabalho de forma isolada, além disso, estão ausentes subordinação e pessoalidade. Segundo a Constituição, cooperativismo deve ser incentivado pelo Estado e, de acordo com a CLT, o trabalhador deve receber proteção.

II.4 COOPERATIVISMO NO BRASIL

Coutinho, Beiras, Picinin e Lückmann (2005), assinalam que no Brasil a Economia Solidária principia por volta de 1980/4, com algumas posturas de fundo cooperativista, ganhando força nos anos 90. Esses empreendimentos solidários foram

resultantes de movimentos sociais em função da crise de desemprego que ocorreu no país por volta dos anos 80 e se intensificando nos anos 90 com a entrada dos produtos importados no mercado interno, ocasionando a quebra de muitas empresas. Cruz (2005) coloca que os primeiros empreendimentos solidários notadamente observados originaram do apoio de assessores de sindicatos a operários que passaram a gerir a massa falida das empresas, às quais pertenciam, com o objetivo de manter o emprego e a renda dos trabalhadores. Uma das empresas de nome Makerli, uma fábrica de calçados de Franca SP, cujo sindicato era filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT) resolveu lutar pelo patrimônio falido na tentativa de não perder seus empregos. Embora não tenha conseguido, foi a partir dessa experiência que nasceu a idéia da formação da Associação de Empresas Auto Gestacionárias e de Participação Acionária (ANTEAG). De acordo com Coutinho, Beiras, Picinin e Lückmann (2005), não existem dados claros sobre o número de empreendimentos de autogestão no Brasil, mas se observa um crescimento de forma acelerada e de maneira bastante significativa. Argumentam que se deve à forma precária de trabalho e o crescente desemprego, além do tempo de retorno ao mercado formal de trabalho ter se tornado mais longo e muitos deles terminam por não voltar em função da baixa escolaridade, faixa etária entre outros.

. Atualmente as cooperativas com inclusão do trabalho das mulheres são muitas, tais como a Cooperclém, dos 68 cooperados, 65 são mulheres, com idades entre 40 a 55 anos (SESCOOP/SP, 2005), a Comarp - Comunidade Associada para Reciclagem de Materiais da Região da Pampulha - o grupo é composto por 10 pessoas, das quais 7 são mulheres, A Coopersoli – Cooperativa Solidária dos Recicladores e Grupos Produtivos do Barreiro e Região -. a cooperativa é composta por 21 pessoas, das quais 16 são mulheres, (NEVES ; COSTA 2007) .

II.5 INCUBADORAS DE COOPERATIVAS POPULARES

De acordo com Eid (2003), para haver a implantação de um novo sistema de economia adverso ao implantado, somente com a participação de políticas públicas, ação sindical, apoio de igrejas, ONGs, incubadoras, núcleos e grupos de pesquisas em universidades, associação de moradores, cooperativas urbanas e rurais, articulados para identificar a possibilidade da demanda ou não de um empreendimento coletivo a ser formado. Diz esse autor que somente após a apresentação mínima dessa viabilidade é que se pode decidir sobre a criação ou não de uma cooperativa. Refere-se, também, sobre a prática capitalista de produzir subvenções, gratificações e outros, que garantiriam a ligação patronal não somente com o trabalhador, mas também com a família, criando laços afetivos e estimulando o trabalhador a produzir uma fidelidade com a empresa e com o produto que ela gera. Desta forma, a situação seria resolvida de forma dupla:, se por um lado o patrono executa as obrigações morais e sociais satisfazendo a expectativa pública, por outro desenvolve uma situação de dependência e controle advindas de gratificações, bônus e outras liberalidades, disciplinando o trabalho além de resolver o problema de produção. Assim, é implícito que ao fazer isso o patrão entra num aspecto de benevolência estimulando o operário a desenvolver o espírito da empresa ao passo que manifestações de má vontade e não cooperação significaria a exclusão do mesmo. Com isso desenvolve forte ligação com esse método. Para esse autor, talvez o maior obstáculo a ser vencido para a implantação de uma forte Economia Solidária é o de estar contextualizada numa sociedade de aspectos contraditórios e cunhada historicamente por relações sociais, de filosofia e produção capitalista..

Segundo Souza, Azevedo, Oliveira, Baldeon (2003), o método cooperativista e a filosofia da Economia Solidária para ser divulgado, necessitou da mobilização de instituições que divulgassem essa postura diferenciada do método capitalista. Era necessário criar espaços que dessem a possibilidade da instalação de uma nova forma de trabalho e gestão e sua continuidade. Surgiu então a idéia de aplicar o sistema de incubadoras em empreendimentos populares onde universidades acrescentariam o papel de provedor de conhecimento de atores atuantes na formação dessa nova prática. Em 1998, surge a PRONINC, Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas, que tinha como meta apoiar e desenvolver as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) realizadas pelas universidades. O objetivo primordial seria a de criar espaços de conhecimento multidisciplinar entre as universidades e grupos populares interessados na geração de trabalho e renda que possam produzir a formação de cooperativas. .

Diante do exposto, os **OBJETIVOS** desse estudo foram:

- a) Levantar o perfil sócio econômico cultural e demográfico de indivíduos adultos integrantes de programas de Economia Solidária..
- b) Avaliar a qualidade de vida desses indivíduos integrantes de programas de Economia Solidária e tecer correlações entre seus domínios.
- c) Descrever a compreensão desses trabalhadores sobre o conceito de qualidade de vida.

III. MÉTODO

O presente estudo teve um desenho metodológico de coorte transversal, sendo este caracterizado por medições feitas em um único momento, sem um período de acompanhamento. De modo que foi coletado e estudado quantitativamente e de forma descritiva, dados sócio-econômicos, culturais, e demográficos de participantes de um programa de Economia Solidária, bem como a qualidade de vida suas relações com variáveis sociais.

PARTICIPANTES: participaram desse estudo, 69 pessoas, adultas, com idades variando de 25 a 51 anos de idade, sendo 20 homens e 49 mulheres, trabalhadores de cooperativas de programa de Economia Solidária, exercendo fundamentalmente os mesmos cargos (catadores) e com funções de coleta de materiais reciclados, seleção desses materiais e trituração. Esta amostra foi composta por critério de conveniência, (Rea ; Parker 2000), ou seja, os sujeitos foram convidados a participar do estudo, e fizeram parte apenas aqueles que desejaram e se dispuseram a participar livremente. Justificou-se um número igual ou maior que 70 sujeitos para que se pudessem compor as estatísticas de análise de relações entre variáveis, com base no programa estatístico SPSS 14.

LOCAL: o estudo foi desenvolvido nas dependências de 3 cooperativas de reciclagem de lixo, a que chamamos de Cooperativas 1, 2, e 3, as quais se consideravam trabalhar com a filosofia chamada de “Economia Solidária.”. Essas cooperativas estavam localizadas em municípios próximos à capital paulista (Guarulhos; Poá, e Arujá). Essas

cooperativas somente dispunham de salas de trabalho e a aplicação foi realizada nas mesas de trabalho, após o horário de trabalho. Destaca-se que essas três cooperativas não têm espaço próprio, sendo que a nº. 3 ocupava um espaço cedido por uma empresa e as demais pelas prefeituras dos municípios. Em todas se observou organização em suas dependências de separação do lixo reciclável e nas áreas coletivas, tais como cozinha e outros locais de uso comum. Contudo a higiene do local era bastante precária se estendendo às pessoas no cuidado do corpo e vestimentas. Todos usavam uniformes, mas botas somente alguns. O uso de luvas seguia o mesmo destino. Não existia refeitório, os cooperativados comiam onde “dava” e muitas vezes sentavam-se no chão. A troca de roupa pelos uniformes era feita e guardada no próprio banheiro. A parte burocrática das cooperativas era desenvolvida ou acompanhada pelos presidentes com acessoria de alguém pertencente à Incubadora responsável.

- A Cooperativa nº. 1 tem a sua existência há quatro anos e recebe o apoio da Secretaria de Obras, Departamento de Limpeza e Secretaria do Meio Ambiente do município. Funcionários da prefeitura ligados ao projeto auxiliam no primeiro contato com as empresas do município, dão palestras quando necessário, com o objetivo de captar novos parceiros para obtenção do lixo reciclável. Receberam de início dois caminhões agregados e recentemente um deles foi substituído por um novo. A prefeitura paga os gastos com água e luz e de um escritório contábil. Receberam equipamentos como, balança, prensa, duas empilhadeiras manuais. Em algumas ocasiões, durante o ano, são visitados por uma assistente social. Pretendem iniciar pagamento do INSS para os cooperados e brevemente iniciarão a construção de um novo galpão da cooperativa.

- A cooperativa nº 2 existe há 13 anos e têm a mesma presidente há dois. O terreno é comodato da prefeitura e o galpão foi construído por eles com auxílio do governo federal.

Possui 3 prensas, uma balança digital, duas empilhadeiras, esteira para triagem do lixo, 8 carrinhos de ferro e um caminhão doado pelo Banco do Brasil. A orientação é fornecida pela prefeitura do município onde está instalada com parceria da Universidade de São Paulo (USP). De acordo com a presidente, é dado espaço de trabalho e atenção aos ex-drogados ou pessoas que tentam sair das drogas, ex-detentos, aidéticos, tuberculosos, Portadores de mal de Hansen etc. Buscam sempre orientar os cooperativados sobre a noção do que é uma cooperativa, sua importância, valor e possibilidades de evolução. Já têm um plano de auxílio às pessoas que se incapacitam no trabalho subvencionando-os durante uma semana. Buscam um acordo com a prefeitura em retirar o lixo hospitalar e com isso obter convênio médico, pois atualmente não possuem.

- A cooperativa de nº 3 é recente, com um ano e meio de existência e está ligada a uma parceria com uma cooperativa central de Reciclagem - de atendimento, auxílio e informação às cooperativas associadas a ela; sendo essa última já existente há quatro anos, e de acordo com o seu presidente já evoluíram 70% na sua receita e pretendem ampliar o número de catadores. A maioria é de mulheres arrimos de família. No momento da visita da pesquisadora a cooperativa observou-se a construção de um galpão em terreno comodato de 10 anos, cedido pela prefeitura. Esses possuem uma prensa, uma paleteira e uma balança com capacidade de pesagem de 3000 kg.; um caminhão cedido pela prefeitura e têm convênio com o poder público. Ou seja, o poder público paga R\$ 76,00 reais por tonelada de lixo reciclável que é retirado e 50% é repassado para a Cooperativa de Reciclagem. Existe o projeto PAC (Projeto de Aceleração ao Crescimento) que visa, em parceria com a prefeitura, aumentar os pontos de entrega voluntária e com isso aumentar a produção de trabalho. Possui parceria com a Secretaria de Assistência Social do Município que fornece cesta básica, pão pela manhã e à tarde; além disso é dado atendimento social e psicológico

por uma psicóloga que promove dinâmicas de grupos, atendimento individual quando necessário, aconselhamento e orientação. Na área médica, embora os cooperados sejam atendidos pelo sistema do SUS, estes recebem atendimento imediato sem lista de espera. Atualmente estão promovendo o primeiro Encontro dos Catadores Avulsos de Lixo em 19/02/08, com o objetivo de orientar sobre as vantagens de trabalhar numa cooperativa.

As horas trabalhadas nessas três cooperativas variavam de 8 a 10 horas diárias, inclusive aos sábados, com exceção da cooperativa de nº. 3 cuja jornada de trabalho é de segunda a sexta-feira.

INSTRUMENTOS: foram utilizados os seguintes instrumentos para a coleta de dados:

a) questionário - elaborado especialmente para esse estudo e que contém dados de identificação dos participantes, a fim realizar-se um levantamento ou caracterização destas pessoas quanto aos dados sócio-econômicos, culturais e demográficos. Foi utilizado também, acoplado ao questionário, o critério de classificação de renda e classe social da Associação Brasileira dos Institutos de Pesquisa (ABIPEME).

b) Escala Whoqol Bref – que avalia a qualidade de vida (Anexo). Foi utilizada na forma simplificada, pois esse instrumento na sua versão original demanda um longo tempo na aplicação, tornando-se inviável. A necessidade de utilizar instrumentos que requereriam pouco tempo no seu preenchimento foi necessária para o presente estudo e, por isso, foi escolhido o Whoqol na sua forma simplificada. Este instrumento consta de 26 questões, sendo duas voltadas a questões gerais enquanto que as demais se referem a 24 facetas do Whoqol original. Os dados presentes na versão abreviada foram retirados do teste de campo

de 20 centros de vinte países diferentes (FLECK, LOUZADA, XAVIER, CHACHAMOVICH, VIEIRA, SANTOS, PINZON, 2000).

Destaca-se que o instrumento em sua versão ampla é representado por seis domínios que refletem a multidimensionalidade do construto, que são: domínio físico, domínio psicológico, nível de independência, relações sociais, meio ambiente e espiritualidade/religião/crenças pessoais. Tal instrumento passou a ser chamado de Whoqol-100. Posteriormente foi desenvolvido o Whoqol-bref, o qual utilizamos no presente estudo e cujos domínios utilizados são: **Físico** - dor e desconforto, energia e fadiga, sono e repouso, mobilidade, atividades da vida cotidiana, dependência de medicação ou de tratamentos; capacidade de trabalho; **Psicológico** – sentimentos positivos, pensar e aprender, memória e concentração, auto-estima, imagem corporal e aparência, sentimentos negativos, espiritualidade, religião, crenças pessoais; **Relações Sociais** - relações pessoais, suporte (apoio) social, atividade sexual; **Meio ambiente** – segurança física e proteção, ambiente no lar, recursos financeiros, cuidados de saúde e sociais, disponibilidade e qualidade, oportunidades de adquirir novas informações e habilidade, participação em, e oportunidades de recreação/lazer, ambiente físico: poluição/ruído/trânsito/clima), transporte.

Sobre esse instrumental, é importante destacar um questionamento feito por estudiosos como Dantas, Sawada e Malerbo (2003) concernente à validação dos instrumentos utilizados para medir QV; isso é, na sua maioria vários instrumentos foram produzidos na língua inglesa e necessitam de um processo de validação transcultural. Porém, o WHOQOL 100 e WHOQOL Bref, fogem desse questionamento ao preencherem este quesito, pois foram traduzidos para o português e validados pela Universidade Federal

do Rio Grande do Sul. Assim, deixamos aqui registrada a importância de utilizarmos um instrumento adaptado e validado para nossa população.

PROCEDIMENTO: Após a autorização das referidas cooperativas (por escrito), os participantes foram recrutados nas dependências das próprias cooperativas onde trabalham e convidados a participar do presente estudo. Nesta ocasião foram-lhes explicado os objetivos do estudo de modo que os participantes pudessem compreender e opinar se desejavam ou não fazer parte do estudo. Após a explicação sobre natureza do trabalho, para aqueles que aceitaram, a pesquisadora agendou horário para dar andamento nas entrevistas e aplicação da escala individualmente. Para cada sujeito foram feitas a leitura e explicação detalhada do “termo de consentimento livre e esclarecido”. E, após sua compreensão e aceite, esse foi assinado. O próximo passo foi uma entrevista individual realizada pela pesquisadora, ocasião em que colheu dados da caracterização sócio-econômico cultural e demográfico. Este processo foi feito em uma sala que garantiu a neutralidade da coleta dos dados, sem interferência e também que proporcionasse o sigilo das informações cedidas. Na etapa seguinte, foi aplicado a Escala de Qualidade de vida – Whoqol, na sua versão abreviada (Whoqol Bref). Após a análise dos dados a pesquisadora retornou aos locais de coleta para oferecer aos participantes uma devolutiva de sua qualidade de vida. Ocasão esta em que, caso fossem observados aspectos de interesse dos sujeitos ou mesmo para aqueles que necessitassem de auxílio de saúde, a pesquisadora faria encaminhamento do caso, assegurando-lhe apoio e suporte.

Destaca-se que todas as pessoas foram gentis, procurando responder o mais claramente possível e quando não podiam, perguntavam, pediam esclarecimentos, se interessavam. Notava-se que estavam dando o melhor de si. A maioria tinha muito orgulho

do que fazia e todos sem exceção demonstravam a consciência de ser alguém, de que pertenciam a algo. Há um clima de felicidade quase infantil em todos eles, mesmo com as pessoas mais problemáticas. Muitos não entendem a filosofia de uma cooperativa e sonham ter um trabalho com carteira registrada. Argumentam que pensam na situação de que quando ficam doentes ou se acidentam não recebem. Querem férias remuneradas, décimo terceiro, convênio médico etc. Pessoas que completaram o ensino médio coexistem e trabalham com analfabetos, indivíduos com problemas mentais, com dificuldade de raciocínio, dividindo as tarefas sem nenhum mérito ou posição diferenciada.

RISCOS E BENEFÍCIOS – quanto aos riscos, torna-se importante dizer, que esta pesquisa não ofereceu riscos aos seus participantes, já que se tratou de entrevistas e aplicação de Escala de Qualidade de vida – (Whoqol), técnicas essas que não se caracterizam como invasivas, apenas retratam características já existentes; portanto, nada foi introduzido ou induzido. Quanto ao compromisso ético do pesquisador/psicólogo, é importante ressaltar, que além de contribuir para ampliação do conhecimento, qualquer fator de risco ou de alteração comportamental detectada nos sujeitos investigados, é de praxe o oferecimento de suporte psicológico (orientação e encaminhamento do caso). Acresce-se ao fato de que todas as pessoas entrevistadas receberam uma devolutiva, respeitando-se seus direitos e sua condição de participantes da pesquisa.

Como já exposto anteriormente, somente participaram da pesquisa aqueles sujeitos que, depois de esclarecidos sobre o tema e os propósitos da pesquisa, concordaram em participar.

No procedimento, destacou-se ainda que não haveria uso de gravação de entrevistas por não ser este o método usual em entrevistas psicológicas, já que o uso de gravação poderia

interferir nos dados fornecidos pelos participantes e poderia causar insegurança aos mesmos.

IV. RESULTADOS E DISCUSSÃO

São apresentados os resultados distribuídos em categorias; sendo que numa primeira parte julgou-se necessário uma descrição dos dados sócio-demográficos da amostra estudada e posteriormente são descritos os achados relativos à qualidade de vida desses participantes e também como esses tais participantes compreendem o que significa qualidade de vida.

1.) DADOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS DA AMOSTRA TOTAL ESTUDADA

Observam-se, aqui nesta categoria, os dados referentes ao perfil da amostra quanto aos aspectos sócio-demográficos, os quais indicam gênero, condição civil, constituição familiar ou número de filhos, instrução, condições de moradia, trabalho e renda.

1.1) DADOS DE GÊNERO, INSTRUÇÃO, CONDIÇÃO CIVIL E NÚMERO DE FILHOS DA AMOSTRA ESTUDADA

A seguir, são apresentados os dados relativos ao gênero, condição civil e número de filhos distribuídos em tabelas distintas, para melhor visualização.

Tabela 1 – gênero da amostra estudada

Gênero	Frequência	%
Masculino	20	34,5
Feminino	49	65,5
Total	69	100

Na tabela 1 observamos que o maior número de cooperados é de mulheres, 65,5%, contra 34,5% de homens, mostrando que nesses trabalhos que exigem pouca qualificação, a

maioria é de mulheres. Segundo Neves e Costa (2007) as mulheres são mais expostas ao desemprego e aos trabalhos considerados informais e precários, incluindo as atividades domésticas. Apontam ao que elas denominam de “feminilização da pobreza”, ou seja, a pobreza para as mulheres apresenta-se de maneira mais dura em função da desigualdade social e discriminação que atinge inclusive sua inclusão no mercado de trabalho. Essas autoras colocam que a Economia Solidária, pelo seu próprio sistema, representa uma alternativa que possibilitaria reverter esse quadro.

Tabela 2 – grau de instrução da amostra estudada

Escolaridade	Freqüência	%
Analfabeto	3	4,3
Ensino fundamental Incompleto	53	76,8
Ensino fundamental completo	7	10,1
Ensino médio Completo	6	8,7
TOTAL	69	100,0

Na tabela 2 é assinalado que o grande número de cooperados possui baixa escolaridade (havendo inclusive analfabetos), ou seja, cursaram ensino fundamental, mas não o terminaram; acresce-se ainda o fato de que entre esses que se enquadram em “ensino fundamental incompleto”, uma grande parcela (58%) cursou apenas 4 anos escolares ou menos.

Tabela 3 - Estado civil da amostra estudada

Estado Civil	n	%
Solteiro	36	52,2
Casado	16	23,2
Amasiado	17	24,6
Total	69	100,0

A tabela acima (tab 3) indica o estado civil das pessoas estudadas. Por esta tabela, verifica-se que há um equilíbrio entre os solteiros (52,2%) e os que vivem com seus parceiros – sejam casados ou em união estável, que somados perfazem (47,8), embora entre os solteiros haja uma pequena diferença.

Tabela 4 - número de filhos da amostra estudada

Número de filhos	N	%
Sem filhos	14	20,3
De 01 a 02 filhos	26	37,7
De 03 a 04 filhos	20	18,9
De 05 a 06 filhos	6	8,7
De 07 até 9 filhos	3	3,3
Total	69	100,0

Pode-se observar pela tabela 4 que, agrupados os dados, há um maior número de pessoas com filhos. Também há uma concentração de 46,6% das pessoas com número de filhos de 01 até 04. Ao associarmos os dados dessa tabela com os dados da tabela 3 sobre estado civil, verifica-se que mesmo os solteiros possuem filhos, e observando os dados da tabela 1 que se refere ao gênero dos cooperativados, verificamos que a maioria desses cooperados são mulheres. Fato que pode indicar que essas pessoas também estão

entre aquelas que necessitam de trabalho para sustento não só de si próprio, mas sim de mais pessoas no lar. Sobre esse aspecto do trabalho e subsistência, Neves e Costa (2007) apontam para a segregação ocupacional, a exclusão no mercado e que esta exclusão também alcança as mulheres que não possuem profissão qualificada – como é o caso da amostra do presente estudo, nas três cooperativas. As autoras colocam que a realidade da pobreza é presente entre trabalhadores menos qualificados e com as mulheres se torna mais premente, pois muitas funções classificadas como alternativas elas não têm acesso, tais como ajudante de pedreiro, de mecânico, pintor etc. Por outro lado, apontam que nas empresas os salários freqüentemente são menores em relação aos homens e que ocupam menos cargos e chefias; permanecem em cargos considerados só para mulheres, os quais na maioria das vezes limita a ascensão e a oportunidade de preencherem cargos considerados promissores. São mais expostas ao desemprego e aos trabalhos considerados informais e precários, incluindo as atividades domésticas. Dentro desse quadro a maternidade surge como mais um fator diferencial, pois além do trabalho cuidam da casa e dos filhos, e também pode se tornar um fator seletivo no preenchimento de vagas, pois existe certa preferência nas empresas às que não têm filhos. A segregação social e a precarização do trabalho, a limitação a cargos diferenciados, a discriminação de idade, tornam-se um entrave não somente ao desenvolvimento, como também à obtenção de recursos e conseqüentemente a perda de uma nova posição social. De acordo com essas autoras, para as mulheres a pobreza é muito mais presente e esclarecem que no Brasil os domicílios aos quais são responsáveis estão classificados entre os mais carentes. O sistema da Economia Solidária surge como **espaço intermediário**, que se localiza entre o público e privado, que poderiam contribuir no rompimento das limitações sociais existentes. Citam ainda o termo

justiça de proximidade, que seria a consequência das iniciativas realizadas pela Economia Solidária para as mulheres como recurso essencial ao enfrentamento da pobreza.

1.2) TRABALHO E RENDA DOS COOPERADOS

Destaca-se que, com relação ao trabalho, os cooperados exerciam fundamentalmente os mesmos cargos (catadores) e as funções eram de coleta de materiais reciclados, seleção desses materiais e trituração quando necessário. As horas trabalhadas eram de 8 a 10 horas diárias, incluindo os sábados; com exceção da Cooperativa nº 3 cuja jornada é de segunda a sexta feira. A renda mensal desses trabalhadores variou, tendo em vista que os cooperados da Cooperativa 1 e Cooperativa 2 retiram, em média, um ganho mensal de R\$ 380,00 e cooperativa nº 3 R\$ 220,00.

É importante lembrar que, como citado anteriormente na seção método, utilizou-se a avaliação sócio econômica da *ABIPEME*- Associação Brasileira dos Institutos de Pesquisa de mercado para medida de classificação de classe social. Por este parâmetro, obteve-se que dos 69 cooperados estudados, 51 (74%) são eles mesmos os chefes de família e 18 (26%) revelaram colaborar, mas não sendo os responsáveis pelo sustento total da casa. Ao compararmos esses dados com as tabela 1, 2, 3, e 4, verifica-se que em todas as cooperativas somente 20 são homens, fato que leva à direção de que a responsabilidade de sustentar a família recai sobre mulheres, com baixa escolaridade (pois a maioria alcançou ensino fundamental incompleto) e que possuem de 1 até 4 filhos. De acordo com o índice da lista de bens adquiridos, todos se situaram na faixa E da classificação ABIPEME. Esta associação apresenta as faixas A, B, C, D, E, de onde se depreende que todos estão na faixa mais baixa classificatória. Estes aspectos da renda desses trabalhadores em Economia

Solidária vêm ao encontro dos dizeres de Kapron (2002), que se refere a esse tipo de sistema de trabalho como uma estratégia de abarcar os trabalhadores marginalizados pela incapacidade da economia de mercado de garantir uma produção e distribuição satisfatória que permeia a lógica da sua organização.

Tabela 5 - Tempo de trabalho nas cooperativas

Tempo de trabalho (em faixas de meses e anos)	N	%
De 1 até 6 meses	32	46,3
De 7 meses até 01 ano	18	26,0
De mais de 1 até 02 anos	6	8,6
De mais de 02 até 4 anos	9	13,1
De mais de 04 até 13 anos	4	5,6
Total	69	99,6

Nesta tabela 5 observa-se que o tempo de trabalho na cooperativa era de 1 até 6 meses, com um percentual de 46,3%, seguido daqueles que trabalham de 7 meses até um ano com uma queda na frequência de quase 50% . É ainda relevante apontar que, ao somarmos as duas primeiras faixas de tempo de trabalho, observamos que esses trabalhadores estão na cooperativa num período de até um ano (72,3%). Os demais se distribuem nas demais faixas com quedas cada vez mais significativas, ou seja, representam uma pequena parcela de pessoas que com um tempo maior, em anos, de trabalho nesses locais. Isso pode indicar que a rotatividade no trabalho é alta. Kapron (2002) aponta para a necessidade da formação, educação e capacitação para autogestão e coloca que novos “por quês” não fazem parte do cotidiano da população que já está inserida numa sociedade competitiva, que tem como herança uma cultura de trabalho baseada no sistema assalariado, com grande probabilidade a alienação. Finaliza ele que não desenvolvemos a

cultura da cooperação e que romper os laços da cultura atuante é fundamental para a manutenção dessa filosofia, caso contrário os trabalhadores fatalmente reproduzirão a lógica da cultura do individualismo e da competição não conseguindo se inserir na filosofia da Economia Solidária.

Tabela 6 - Trabalhos anteriores exercidos pelos cooperados

Trabalhos anteriores	n	%
Empresa (ajudante geral e serviços gerais; atendente; atendente enfermagem ; coletor de lixo; auxiliar mecânico)	29	42,0
Serviços autônomos (pedreiro, servente de pedreiro, pintor, vidraceiro, catador)	8	11,6
Do Lar (Pessoas com trabalhos do lar – em suas próprias casas)	5	7,2
Comercio (Balconista, Vendedor, caixa, garçomete)	3	4,3
Outros (Professor ensino fundamental; pessoa que vivia de bolsa auxílio)	2	2,9
Total	69	100,0

Na tabela acima (Tab 6) que descreve trabalhos anteriores, pode-se observar que 42% dos cooperados eram oriundos de empresas, seguido dos empregos domésticos com 31,9%. Nota-se em ambas as faixas a ausência de especialização nos cargos e funções que já exerceram anteriormente, ou seja, esses sujeitos atuaram em funções gerais que requeriam serviços pouco qualificados. Contudo, é importante compreender que essas são pessoas oriundas de um sistema capitalista e adentraram num sistema cooperativista, ou de Economia Solidária. Cabe então perguntar – como seria incorporada essa mudança para essas pessoas, as quais já haviam assimilado padrões de comportamentos no trabalho em não predatória. Tal Qv seria isenta do consumo desenfreado, permitindo a possibilidade da solidariedade ser expressa através da cidadania, abrangendo, inclusive, os da periferia seus

empregos anteriores e agora têm de revê-los, ao estarem num novo sistema de trabalho cooperativista ou solidário? Certamente esse fator seria objeto de outro estudo, mas, pode-se dizer que, teoricamente a tarefa incentivar a assimilação de novos comportamentos e valores seria das incubadoras. Ou seja, a de implantar uma nova forma de trabalho, de gestação e de sua continuidade, tal como apontam (SOUZA *et al*, 2003) e que incluem entre outras a compreensão de que os benefícios, diferentemente das empresas anteriores, seriam adquiridos pelos cooperativados e não recebidos automaticamente. Observando esse ponto Eid (2003), comenta que a Economia Solidária é herdeira de uma educação marcada na estimulação de comportamentos individuais formados em contexto autoritários, preconceituosos e burocráticos, fundamentado na subordinação de maneira predominante.

Isso porque, como aponta Singer (2001), diferente do sistema de trabalho que exerceram anteriormente, a Economia Solidária, ao contrário do capitalismo, por princípio nega a dicotomia entre trabalho e a posse dos meios de produção, postula o conceito de igualdade de direito a todos, propriedade comum do capital, distribuição igualitária e gestão democrática; ou ainda, como explica Gaiger (2004), em que se busca retirar os aspectos dirigidos e pré-moldados do trabalho respeitando a iniciativa própria da auto-produção.

Cabe pensar então, em termos hipotéticos, quanto esse aspecto pode estar relacionado com uma possível rotatividade de pessoal no trabalho.

Assim, segundo Amorim e Araújo (2004), de forma paradoxal à postura capitalista, o ponto central da Economia Solidária é o trabalho, o conhecimento em conjunto com a criatividade humana, excluindo o binômio capital versus dinheiro e o sistema de propriedade sob qualquer forma. Assim a eficiência não estaria totalmente voltada aos benefícios materiais obtidos, mas teria também outro ponto de grande importância que seria a eficiência social, pois observa a qualidade de vida não somente para os participantes, mas também para todo o

conjunto de um ecossistema, além de ser uma qualidade de vida tidos como os excludentes, podendo dessa forma alcançar um âmbito mundial.

Tabela 7 - membros da família que trabalham e contribuem no lar

Membros que trabalham	N	%
Sim	28	40,6
Não	40	58,0
Não respondeu	1	1,4
Total	69	100,0
Membros que contribuem nas despesas		
Não contribuem	48	69,5
Contribuem	21	30,4
Total	69	100,0

Esta tabela 7 demonstra que 58,0% disseram não possuir membros que trabalham e que, ainda, 69,5%, não recebem nenhum outro tipo de auxílio de trabalho de outrem, senão de seu próprio ganho.

Seguindo-se ainda nesse levantamento de trabalho e renda, foi verificado entre esses cooperados, que em sua própria avaliação, os rendimentos familiares são insuficientes, tendo em vista que 54 pessoas = 78,3% assim o consideram, enquanto que 15 pessoas = 21,7% consideraram seus rendimentos suficientes.

Esses dados podem novamente suscitar o levantamento de novos questionamentos, a serem investigados com mais precisão em outros estudos; ou seja, ao observarmos esses dados com aqueles da tabela 5 sobre tempo de trabalho do sujeito na cooperativa e que revelam que esses são cooperados em um tempo bastante curto (de um a seis meses ou até um ano) pode-se pensar numa outra hipótese: de que esse tempo reduzido

pode estar relacionado com os ganhos considerados insuficientes, ou ainda uma insatisfação em relação ao ganho; de modo que este pode também ser um dos fatores de rotatividade nas cooperativas. Isso também nos remete a Lacaz (2000) ao expor que QV pode ser associada a fatores econômicos (salário, incentivos, prêmios etc) e também a Nogueira (2002) que menciona o termo “nível de vida” (que agrega vários fatores entre os quais o fator econômico). Assim, mesmo tendo possibilidades de boas relações ou melhores condições e formas de bem-estar no trabalho, os ganhos ou benefícios são considerados como fatores que preponderam na manutenção da estabilidade de trabalho.

Todavia, cabe lembrar Singer (2002) quando esclarece que na Economia Solidária não existe salário, mas sim, retirada e esta é distribuída equitativamente para todos os cooperados conforme a receita obtida. Frisa a importância da prática de discussões e encontros coletivos que educa e conscientiza sobre os aspectos da nova economia, tornando a pessoa mais consciente do processo e mais madura. Acrescenta que grande parte das pessoas que passam a participar desse sistema o faz para se reinserir na produção e com isso escapar da pobreza. Dessa forma não conseguem alcançar a potencialidade do sistema, aceitando no máximo como exigência coletiva para poder participar da cooperativa

Também é importante lembrar Eid (2003) ao esclarecer que, na concepção capitalista clássica, a prática de produzir subvenções, gratificações e outros, garantem a ligação patronal não somente com o trabalhador, mas também com a família criando laços afetivos e estimulando o trabalhador a produzir uma fidelidade com a empresa e com o produto que ela gera. Assim, é implícito que ao fazer isso o patrão entra num aspecto de benevolência e o operário ao reconhecer isso, se sente estimulado a desenvolver o espírito da empresa. Diz ele que “Talvez o maior desafio para a construção de uma forte Economia Solidária está no fato de estar inserida em uma sociedade contraditória, marcada

historicamente por relações sociais e de produção capitalistas”. E acrescenta que para haver a implantação de um novo sistema necessita da participação e apoio de políticas públicas, ação sindical, ONGs, incubadoras, núcleos de apoio e pesquisa etc., somente então se poderá pensar na criação de uma cooperativa, ou seja, de um novo sistema econômico.

Assim, este aspecto só poderia ser observado com maior precisão num trabalho posterior que verificassem variáveis como: permanência, satisfação no trabalho, ganhos e qualidade de vida de trabalhadores de economias consideradas solidárias.

1.3) CONDIÇÕES DE MORADIA DA AMOSTRA ESTUDADA

Descrevem-se a seguir dados relativos às condições de moradia desses cooperados, ou seja, condições próprias de moradia, número de cômodos nas suas residências.

Tabela 8 – condições de moradia dos cooperados

Condições de moradia	n	%	% Acumulado
Própria	36	52,2	52,2
Aluguel	13	18,8	71,0
Cedida	20	29,0	100,0
Total	69	100,0	

Nesta tabela 8 observam-se as condições de moradia. A frequência maior está entre aqueles que possuem casa própria (52,2%), seguidos daqueles que habitam em casas cedidas por outrem (29,0%); de modo que, agrupados, esses perfazem um total de 81,2% de pessoas que não pagam aluguel ou taxas de moradia.

Tabela 9 - número de cômodos componentes nas residências

Número de cômodos	n	%	%
			Acumulado
1	5	7,2	7,2
2	19	27,5	34,8
3	21	30,4	65,2
4	13	18,8	84,1
5	10	14,5	98,6
6	1	1,4	100,0
Total	69	100,0	

Observa-se nessa tabela 9 que o maior número de cooperados habita em casas que possuem três cômodos (30,4), seguido de 27,5% de cooperados que residem em casas com até dois cômodos. Ao agruparmos os dados das três primeiras faixas, verificamos que a maioria, 45 pessoas = 65,2% habitam em espaços muito restritos de 1 até 3 cômodos; enquanto que os demais 24 = 34,8% ocupam casas com mais cômodos.

Ao se associar os dados dessas duas últimas tabelas (tab 8 e 9), pode-se observar que os cooperados, em maioria, habitam em casas cedidas ou próprias, portanto sem aluguel e que têm pequenos cômodos. Entretanto, é importante salientar o que esses cooperados nos relatam durante as entrevistas e estadas com eles nas cooperativas; que a casa própria é tida por sistema de invasão de propriedade em casas não habitadas, ou terrenos onde constroem suas moradias. Considerou-se importante trazer esse dado para a discussão, tendo em vista que, mesmo não pagando aluguéis, trata-se de habitações precárias.

2.) QUANTO À QUALIDADE DE VIDA DOS COOPERADOS

Segue a avaliação da Qualidade de Vida dos cooperados. Como se pode observar na figura 1 (abaixo), há indicadores de uma qualidade de vida similar entre os grupos de cooperados da Cooperativa 1 com aqueles da Cooperativa 2, enquanto que os pertencentes à Cooperativa 3 distinguem-se dos demais em qualidade de vida, a qual se mostrou superior.

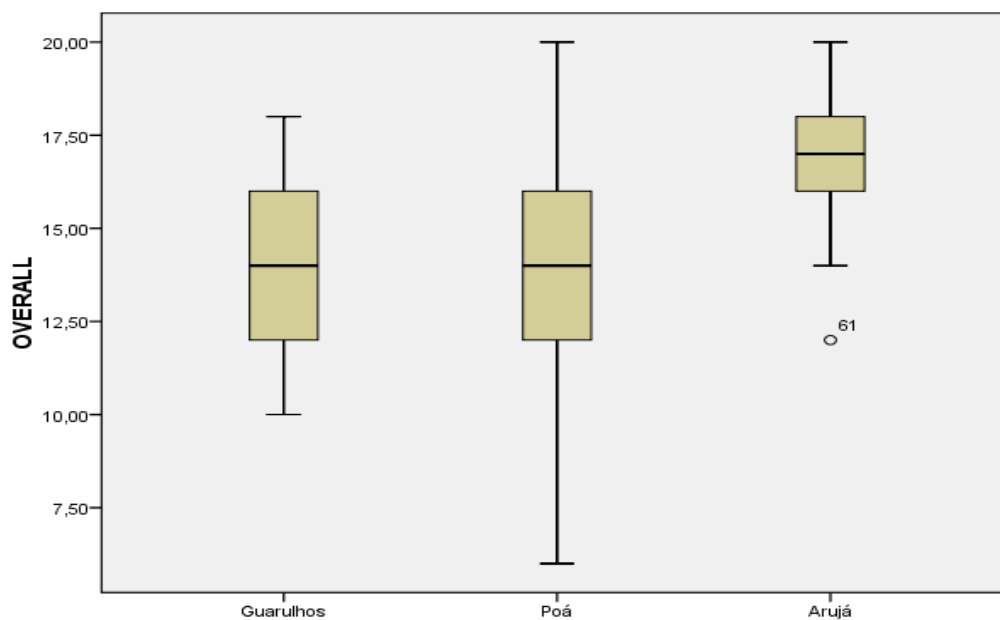


FIG. 1 – Overall – medida de qualidade de vida geral dos três grupos de sujeitos das três distintas cooperativas.

Observa-se ainda, pela figura 1, que quanto à dispersão, encontrou-se apenas um sujeito entre os demais (da cooperativa 3) com um grau de qualidade de vida inferior aos demais.

Portanto, o que se observou por esses dados é que a amostra estudada apresentou uma “boa qualidade de vida”. Como já foi dito por Minayo, hartz e Buss (2000) o conceito de qualidade de vida é algo eminentemente humano e dependente da cultura, dos

aspectos sociais, emocionais e mais uma vasta gama de outros fatores como o grau de satisfação obtido na vida pessoal, familiar, social e até mesmo o ponto de vista que o indivíduo tem sobre sua existência.

Tanto os trabalhadores da cooperativa nº 1 quanto os da nº 2 o índice geral de QV demonstrou uma semelhança; fato interessante de ser observado, pois sistema de trabalho solidário é muito diferente. Na cooperativa de nº 1 a liderança é quase inexpressiva, assumindo o papel de entrar em contato com as empresas que retiram o lixo reciclado, com o contador e outras pessoas de incubadora; diferente da cooperativa de nº 2 em que a liderança atua de forma mais dinâmica, fazendo um papel mais cooperativista, pois promove reuniões, desenvolve palestras sempre procurando manter a coesão grupal e o sentimento do cooperativismo.

Um outro fato que se destacou na figura acima, que os cooperados pertencentes à cooperativa 3 apresentaram melhor nível de QV quando comparados aos demais. Uma hipótese que se pode levantar a partir dessa avaliação, é a de que a melhor qualidade de vida dessa sub-amostra específica pode estar relacionada ao fato de que essas pessoas recebem atendimento psicológico no local onde trabalham (informação obtida quando a pesquisadora esteve no local em processo de coleta de dados) e como fora descrito no método. Esse dado parece ser similar ao que foi descrito por Alcântara (2005), sobre os moldes cooperativistas que tem realizado em oficinas com doentes mentais, em que o modelo de trabalho não era o de preparar pessoas para competirem no mercado, mas sim preparar um produto competitivo. Neste modelo a autora considera que o trabalho é um espaço terapêutico ao mesmo tempo em que é de formação para o trabalho, pois os cooperados acompanham o processo e discutem aquilo que acontece, avaliam e decidem.

Todavia, há de se observar, que nas duas outras cooperativas, mesmo que inferior às demais, há também um índice que revela “boa qualidade de vida”. Esses dados podem sugerir pontos de discussão. Por uma leitura direta dos dados, entendemos que esses podem indicar que há uma relação entre a qualidade de vida e o sistema de Economia Solidária, representado pelo cooperativismo. Esse aspecto é defendido por Singer (2002) que o resultado natural do cooperativismo é a solidariedade e a igualdade, bem como com Martins (2004) que através do cooperativismo os homens abandonam suas posturas individuais e assumem as grupais. Esse processo de produção ainda, por solidariedade, auxilia no desenvolvimento de uma melhor adequação do ser humano no mundo - aquilo que aqui no presente estudo está se associando à qualidade de vida.

Com isso também é interessante fazermos uma associação com as contribuições de Lacaz (2000) sobre qualidade de vida e sua especificidade no trabalho. O autor explica que são várias as definições de qualidade de vida no trabalho e são vários os fatores que a representam; entretanto, destaca a importância de se ter o controle, autonomia além de possibilidade de interferir sobre esses processos como ponto vital, além desse método de trabalho ter grande importância na compreensão de como um organismo se mantém saudável. E isso pode ser compreendido também como qualidade de vida.

Assim, esse ponto da discussão indica haver uma relação estreita entre qualidade de vida e Economia Solidária, apregoada nessas cooperativas.

2.1) QUALIDADE DE VIDA SEGUNDO OS DOMÍNIOS (FÍSICO, PSICOLÓGICO, DE RELAÇÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS)

Conforme apresentado pelos autores e pelo próprio instrumento no Whoqol Bref (2000), a qualidade de vida é medida de forma geral (Overall) e por domínios da vida

humana. Os domínios são entendidos como: domínio físico, domínio psicológico, relações sociais e domínio meio ambiente. Segue, abaixo, uma avaliação dos cooperados por esses domínios na amostra total estudada.

Tabela 10 - Qualidade de vida por domínio na amostra total n = 69

Domínios de Qualidade de Vida	Média	Desvio padrão
Físico	81,0	13,1
Psicológico	73,0	14,5
Relações Sociais	70,1	20,8
Meio Ambiente	51,2	18,3

Verifica-se pela tabela 10 que entre os domínios avaliados pelo Whoqol Bref.(2000), o melhor nível de QV encontra-se no domínio físico, seguindo-se para o domínio psicológico. O domínio mais afetado, ou seja, aquele em que os cooperados encontram mais prejuízos é no que se refere ao meio ambiente. É importante retomar que o domínio meio ambiente é aquele definido entre outros como segurança física e proteção, ambiente no lar, recursos financeiros, cuidados de saúde e sociais. Isso mostra que os cooperados da presente amostra não se encontram satisfeitos com esses fatores avaliados pelo domínio meio ambiente.

Observa-se ainda, que nas três cooperativas os benefícios são poucos ou quase inexistentes, contrariando o que Piccinini (2004) coloca sobre o fato de que uma cooperativa de trabalho padrão, oferece aos associados serviços como saúde, aquisição de alimentos abaixo do custo assim como equipamentos referentes ao seu trabalho. Isso vai de encontro a possibilidade do domínio meio ambiente ser o mais afetado, pois o cooperado encontra pouco ou nenhum respaldo às necessidades que porventura tenha.

Por outro lado, esses dados referentes ao domínio mais afetado ser o “ meio ambiente” poderia também ser associado aos dados relativos às condições de moradia dos cooperados, mostrado nas tabelas 8 e 9 . Com isso pode-se dizer que as condições de moradia precárias também podem estar associadas ao nível mais afetado de qualidade de vida - aquele relacionado ao meio ambiente. Ou seja, o ambiente de trabalho e suas contingências não são necessariamente aqueles responsáveis por afetar o domínio ambiental em QV, dado ao fato desses trabalhadores manusearem materiais reciclados e se relacionarem com “lixo”. Mas o ambiente de moradia e suas imediações também refletem o meio ambiente.

Outro aspecto a ser considerado nesse domínio meio ambiente e que se refere ao fator recursos financeiros, é compatível com os dados vistos anteriormente (tabela 7) que mostram que 78,3% consideraram seus rendimentos insuficientes e, portanto insatisfeitos. Este fato é efetivamente comprovado, tendo em vista que seus rendimentos máximos alcançam 1 salário mínimo.

Tabela 11 - Correlações entre domínios e qualidade de vida geral na amostra total

(n=69) (Pearson Correlation)

Domínios de Qualidade de Vida	Domínio Físico	Domínio Psicológico	Domínio Relações Sociais	Overall
Domínio Físico	-			0,350**
Domínio Psicológico	0,525**			0,356**
Domínio Relações Sociais	0,473**	0,404**	-	0,319**
Domínio Meio Ambiente	0,226	0,324**	0,379**	0,337**

***. Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).*

Observa-se pela tabela (tab.11) acima as correlações entre os domínios de qualidade de vida da amostra total dos cooperados. Seus dados revelam uma correlação

significativa entre os domínios físico e psicológico; também se pode verificar uma correlação, embora não seja uma correlação alta, entre os domínios psicológico e relações sociais e também, mais fracas, entre os domínios meio ambiente com o domínio psicológico e com relações sociais. Pode-se também observar que há correlações entre todos os domínios com o nível de qualidade de vida geral da amostra estudada, porém, as correlações são fracas, ou seja, não são significativas.

Supõe-se então que esses três domínios estejam relacionados de modo que um domínio venha influenciar o outro. O domínio físico e sua correlação com o psicológico vêm, portanto de uma inter-relação dos fatores – atividade cotidiana e capacidade de trabalho com o fator psicológico - sentimentos positivos e auto estima. Ou seja, segundo Fleck (2000) o domínio físico no Whoqol Bref. (2000) refere-se à - dor e desconforto, energia e fadiga, sono e repouso, mobilidade, **atividades da vida cotidiana**, dependência de medicação ou de tratamentos; **capacidade de trabalho** e o domínio psicológico a **sentimentos positivos**, pensar, aprender, memória e concentração, **auto estima**, imagem corporal e aparência, sentimentos negativos, espiritualidade, religião, crenças pessoais. Desse modo, entende-se que esses dois domínios de QV (físico e psicológico) estão relacionados pouco mais positivamente nesses cooperados da amostra total.

Isso indica que, de forma geral esses trabalhadores parecem se sentir bem física e psicologicamente. Fator interessante de ser observado, já que todas essas pessoas exercem funções de contato com o lixo e, como foi relatado na seção método, houve cooperativas que não tinham local de refeições, as quais eram feitas com trabalhadores sentados ao chão. É interessante esse aspecto e, sem dúvida, merece ser melhor estudado, principalmente de forma qualitativa, em que se possam observar variáveis psicológicas ou intra-psíquicas de forma mais refinada. Isso, pois não se pode desconsiderar as contribuições de Dejours

(1988) ao explicar que é difícil para o operário reconhecer que está doente, pois esse reconhecimento envolve conceitos sociais que são erguidos e seguidos como leis. Reconhecer a doença é visto como vergonhoso, ligado à visão de preguiça. Assim, procura-se escondê-la o mais possível e, acrescenta o autor, quando as condições de sobrevivência são muito precárias não se nota a presença da angústia frente a doença, mas isso não significa que ela não exista, mas simplesmente está oculta.

Porém, o presente estudo não encontra subsídios para afirmar tais questionamentos.

A seguir, descreve-se o nível de qualidade de vida por grupo de cooperados.

2.2) QUALIDADE DE VIDA SEGUNDO OS DOMÍNIOS ENTRE OS COOPERADOS DAS DISTINTAS COOPERATIVAS

Neste item serão descritos os resultados referentes à qualidade de vida por grupo de cooperados das 3 cooperativas.

Tabela 12 - Qualidade de vida geral e domínios da amostra da Cooperativa 1

Qualidade de Vida e Domínios	Média	Desvio padrão	n
QV - Geral (overal)	13,9 (syntax 20)	2,4	39
Domínio Físico	78,1	12,9	39
Domínio Psicológico	69,8	13,0	39
Domínio Relações Sociais	66,0	20,9	39
Domínio Meio Ambiente	45,6	17,7	39

Observa-se pela tabela acima (tab. 12) que em relação aos domínios, esses cooperados apresentam melhor qualidade de vida relacionada ao domínio físico (78,1%), seguindo-se para o domínio psicológico (69,8) e depois para relações sociais (66,0%), fato que coincide com a amostra total. Entre os domínios em que a QV é menor, está o domínio meio ambiente, que (WHOQOL BREF 2000) entre outros fatores, refere-se à segurança

física e proteção, ambiente no lar, recursos financeiros, cuidados de saúde e sociais, disponibilidade e qualidade, oportunidades de adquirir novas informações e habilidade, participação em, e oportunidades de recreação/lazer. Existem vários fatores no domínio meio ambiente que podem ser os responsáveis pelo menor índice de QV, entretanto analisando a tabela 7 e relacionando os dados com essa tabela, observa-se de que 54 pessoas = 78,3% consideram o ganho insuficiente e que 69,5% não recebem nenhum outro tipo de auxílio de trabalho na família a não ser vindo do seu próprio ganho. Com isso podemos levantar a hipótese de que talvez seja esse item sobre insuficiência de ganho que ocasionou um escore mais baixo que os demais, tal como ocorreu na amostra total.

Por outro lado, analisando o alto índice de QV no domínio físico, observamos que neste domínio os fatores que o compõe (dor e desconforto, energia e fadiga, sono e repouso, mobilidade, atividades da vida cotidiana, dependência de medicação ou de tratamentos; capacidade de trabalho), os cooperados parecem sentir-se bem.

Tabela 13 - Correlações (Pearson Correlation) entre domínios na cooperativa 1

Domínios	Domínio Físico	Domínio Psicológico	Domínio Relações Sociais	Overall
Domínio Físico	-			0,253
Domínio Psicológico	0,516**	-		0,404*
Domínio Relações Sociais	0,416**	0,429**	-	0,230
Domínio Meio Ambiente	-0,002	0,195	0,280	0,165
N =39				

*. Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed)

** . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed)

A tabela 13 indica a correlação entre os domínios dos cooperados da cooperativa 1. Verifica-se uma correlação mais forte (positiva e significativa) entre os domínios psicológico e físico; isso indica que enquanto os indivíduos se sentem bem

fisicamente, eles também se sentem bem emocionalmente. Também é possível observar que com relação à QV geral e sua relação com os domínios, há apenas uma correlação, porém também pouco significativa com o domínio psicológico.

Observa-se ainda que entre os trabalhadores dessa cooperativa, as correlações entre os domínios são coincidentes com aqueles apresentados pela amostra geral.

Tabela 14 - Qualidade de vida geral e domínios da amostra do Cooperativa 2

Qualidade de Vida e Domínios	Média	Desvio padrão	n
QV - Geral (overall)	(syntax 20)		
Domínio Físico	81,9	12,9	18
Domínio Psicológico	76,6	17,8	18
Domínio Relações Sociais	71,0	20,4	18
Domínio Meio Ambiente	52,9	16,4	18

Observa-se pela tabela acima (tab.14) que em relação aos domínios, os trabalhadores dessa cooperativa 2 apresentam melhor qualidade de vida relacionada ao domínio físico (81,9%), seguindo-se para o domínio psicológico (76,6) e depois para relações sociais (71,0%). Entre os domínios em que a QV é menor, está o domínio meio ambiente (52,9%).

Tabela 15 - Correlações (Pearson Correlation) entre domínios na cooperativa 2

Domínios	Domínio Físico	Domínio Psicológico	Domínio Relações Sociais	Overall
Domínio Físico				0,333
Domínio Psicológico	0,526**	-		0,153
Domínio Relações Sociais	0,321*	0,367	-	0,284
Domínio meio ambiente	0,520*	0,385	0,511*	0,284

*. Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed)

** . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed)

A tabela 15 indica a correlação entre os domínios. Observa-se uma correlação positiva e significativa entre os domínios psicológico e físico; isso indica que os cooperados da cooperativa 2 se sentem bem fisicamente e também emocionalmente; dados coincidentes com a amostra geral e também com aqueles apresentados pelos cooperados da cooperativa 2. Também é possível observar que com relação à QV geral e sua relação com os domínios, não há correlação significativa com nenhum domínio específico. Novamente lembramos, que o domínio físico, é aquele que agrega os fatores como dor e desconforto, energia e fadiga, sono e repouso, mobilidade, atividades da vida cotidiana, dependência de medicação ou de tratamentos; capacidade de trabalho; e o domínio psicológico é aquele que reúne fatores como sentimentos positivos, pensar aprender, memória e concentração, auto estima, imagem corporal e aparência, sentimentos negativos, espiritualidade, religião, crenças pessoais. Portanto, pela própria descrição dos domínios da Whoqol Bref. (2000), entende-se que, se o indivíduo se dispõe e é capaz para o trabalho ao mesmo tempo em que apresenta sentimentos positivos, pode-se dizer de indivíduos bem adaptados e com boa QV em relação ao que fazem, ao que produzem e ao que constroem.

Desse modo, isso novamente nos remete às mesmas questões da amostra geral, pois se por um lado existe o sistema chamado de Economia Solidária, que pode ter alguma relação com grau de qualidade de vida entre esses sujeitos, também pode existir a dúvida da real percepção dos sujeitos trabalhadores sobre seu próprio estado como já o disse Dejours (1988). No que se refere à economia solidária, Barfknecht, Merlo e Nardi (2006) por sua vez apontaram as vinculações entre o prazer, sofrimento e a organização do trabalho em um estudo realizado numa cooperativa inserida na filosofia da Economia Solidária; seus resultados mostraram uma identificação com o cooperativismo e a possibilidade de um relacionamento solidário entre eles; o que possibilitou a transformação do sofrimento em

prazer. Essa prática proporcionou condições a um fortalecimento a saúde mental obtidas pela prática constantes de discussões focando a organização do trabalho e a possibilidade de criar novos modelos de desenvolvimento das atividades de produção e relacionamentos.

Cabe lembrar que essa cooperativa, de acordo com dados de observação e relatos de dirigentes e dos próprios cooperados (como descrito na seção método), oferece oportunidade de trabalho e atenção a pessoas como: ex-drogados ou pessoas que estão tentando sair das drogas, ex-detentos, portadores de HIV, tuberculose, portadores do Mal de Hansen. Portanto, embora muitas pessoas tenham problemas de saúde, entende-se que sua inserção na cooperativa fora uma forma de dar-lhes dignidade. Nesse ponto de discussão não se pode observar o já dito por Dejours (1988) em que se torna vergonhoso parar de trabalhar porque está doente já que pode levar à perda de emprego, pois no caso desses trabalhadores a sua própria condição de trabalho foi uma forma de inserção social, além de ter em si um caráter terapêutico. Este aspecto parece remeter ao mesmo dito por Alcântara (2005) quando a autora se indaga sobre a reinserção social do doente mental, pois esta questiona o que é clínico e o que é terapêutico e se a geração de renda é terapêutica. Em consonância com essa autora entende-se no presente estudo, que a geração de renda é necessária, pois há momentos na vida do indivíduo, que mesmo tendo alcançado estabilização de um determinado tratamento, ele necessitará de sair à rua, comer, vestir, se sentir útil, assim o passo seguinte é geração de renda. Singer (2005) diz que a Economia Solidária é “uma resposta organizada à exclusão de mercado”, em que pessoas marginalizadas pelos mais variados motivos têm a chance de serem inseridas. Acrescenta sobre a necessidade de instaurar a solidariedade como norma social, aberta não somente aos doentes mentais, mas a todos os excluídos, seja qual for o motivo da exclusão.

Acrescenta-se que essa afirmativa é plenamente visualizada nas cooperativas

estudadas, em especial a cooperativa de n. 2. Segundo Barfknecht, Merlo e Nardi (2006) um dos entraves de trabalhar em uma cooperativa e viver o trabalho na economia solidária é quando a necessidade de cuidados com relação à saúde aparece e se confronta com as urgências diárias de busca de lucro para a manutenção da cooperativa, as quais são acrescidos pelas posturas individualistas competitivas, pressão e estresse de manter a produção.

Tabela 16 - Qualidade de vida geral e domínios da amostra na Cooperativa 3

Qualidade de Vida e Domínios	Média	Desvio padrão	n
QV - Geral (overall)	(syntax 20)		
Domínio Físico	88,7	11,7	12
Domínio Psicológico	77,1	12,6	12
Domínio Relações Sociais	82,6	16,8	12
Domínio Meio Ambiente	66,6	13,9	12

Observa-se pela tabela 16 que na média dos domínios de Qv, os trabalhadores dessa cooperativa 3, apresentam melhor qualidade de vida relacionada ao domínio físico (88,7%), seguindo-se para o domínio relações sociais (82,6%) e depois para psicológico (77,1). Entre os domínios em que a QV é menor, está o domínio meio ambiente (66,6%).

Tabela 17 -Correlações (Pearson Correlation) entre domínios na cooperativa 3

	Domínio Físico	Domínio Psicológico	Domínio Relações Sociais	Overall
Domínio Físico	-			0,280
Domínio Psicológico	0,418	-		0,708 **
Domínio Relações Sociais	0,666*	0,186	-	0,209
Domínio meio ambiente	-0,131	0,348	-0,107	0,372

*. Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed)

**. Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed)

A tabela 17 indica a correlação entre os domínios. Observa-se uma correlação positiva e significativa entre os domínios - físico e relações sociais; isso indica que enquanto os indivíduos se sentem bem fisicamente, eles também se sentem bem em seu ambiente social no estabelecimento de relações entre pares e pessoas de seu convívio. Lembrando que segundo Whoqol Bref (2000) o domínio relações sociais refere-se a relações pessoais, suporte (apoio) social, e atividade sexual. Rocha *et al.* (2000), colocam que para se considerar o que é Qv torna-se necessário levar em conta a formação social, a divisão de trabalho, o desenvolvimento de forças produtivas, as relações sociais de produção. Porém, quando se observa o overal (qualidade de vida geral) e sua relação com os domínios, verifica-se uma correlação positiva com o domínio psicológico (0,708). Assim, a maior relação entre o domínio relações sociais com o físico nos remete às contribuições de Siqueira (2007) em que com o objetivo de entender melhor o contexto social que se produzem transformações, aponta a importância das redes sociais na manutenção de comportamentos, identificação e referência do ser humano. A rede social pode ser definida como uma teia de relacionamentos que circunda o indivíduo bem como mantém essas relações.

Ainda com relação à questão das relações sociais, Martins (2004) aponta para o cooperativismo, afirmando que os sujeitos abandonam suas posturas individuais e assumem as grupais, trabalhando e pensando em conjunto para desenvolver e alcançar suas metas, de onde se depreende que tanto o ambiente físico quanto as relações sociais têm uma transformação positiva e o psicológico seria uma consequência. Porém cabe aqui lembrar, como dito na seção método do presente estudo, esses cooperados recebiam atenção psicológica por meio do trabalho de uma psicóloga voluntária em grupos terapêuticos. Deste modo, não só sistema de trabalho em si pode ter sido responsável pelo melhor

domínio de relações sociais, mas também a atenção psicológica poderia ter tido certa influência. Já na defesa da postura de trabalho solidário Barfknecht, Merlo e Nardi (2006) colocam que a proposta objetiva dar um novo aspecto à economia capitalista individualista e competitiva, buscando desenvolver um sentimento subjetivo que dê condições de relacionar em grupos. Nessa nova forma de relação de trabalho é necessário tentar construir um exercício de poder compartilhar esse poder, de cooperatividade entre os demais trabalhadores, nas relações sociais, dando primazia ao trabalho deixando em segundo plano o capital, vivenciando uma nova dinâmica no trabalho e de viver em sociedade. Dessa forma quando o trabalho é compartilhado, reconhecido pelos demais colegas, o sentido de sofrimento se transforma em prazer no trabalho que passaria a ser um sofrimento criativo. Essas autoras assinalam que aderir a proposta da Economia Solidária, é andar por outra via, é participar de “outra economia”, considerada uma economia marginal e vulnerável sob o ponto de vista dos valores dominantes. Referem-se elas da necessidade da rediscussão constante da criação de novas estratégias e também de formas de organização do trabalho como fator mantenedor da sustentação, constituição e fortalecimento da autogestão e da saúde mental dos cooperados. Cabe aqui também lembrar Heloani e Capitão (2003) que reportam a importância das relações afetivas no trabalho e que estas por serem passageiras, imediatas e de cunho competitivo os vínculos não podem se desenvolver promovendo uma solidão irreparável e corrosiva. Esses autores afirmam que a verdadeira identificação com o trabalho parece não se concretizar. Se por um lado se acumula aprendizado, experiência, conhecimento etc., pelo outro está vivendo dentro de um objetivo que não se realiza já que o atual trabalho é considerado sempre momentâneo e a busca por novos empregos é permanente.

3)PERCEPÇÃO DE TRABALHO E COMPREENSÃO DE QUALIDADE DE VIDA

Nessa categoria, investigaram-se como os cooperados sentem e percebem seu trabalho e depois como os sujeitos compreendem qualidade de vida.

3.1) PERCEPÇÃO DE TRABALHO

Nesta subcategoria, investigou-se como os cooperados percebem seu trabalho, incluindo-se suas atividades, tarefas e seu ambiente de trabalho. Assim, são descritos os atributos dados pelos próprios cooperados a respeito de como se percebe no mundo do trabalho, ou seja, qual o significado dado à condição do trabalhador e como eles mesmos se vêem em relação a esta condição.

Tabela 18 - Atributos dados em relação à percepção do trabalho

Atributos	Indicadores	n	%
Procura ser Próativo	Não recuso serviço; Não enrolo, Não tenho preguiça, Não paro, gosto de trabalhar, Tenho disposição	27	39,1
Sente-se Cooperativo	Gosto de ajudar; Faço com empenho, Ajudo muito nos contatos de fora da cooperativa; Sinto vontade de fazer as coisas	17	24,6
Procura ser executor de tarefas	Cumpro deveres, Faço q me pedem, Esforço-me, Trabalho mais do que devo, Faço o que é preciso Faço mais do que preciso,	16	23,2
Procura ser agradável	Procuro fazer o melhor, Trabalho direito, Ajudo no que puder, Na medida do possível faço tudo	8	11,6
Não sabe se definir	Não respondeu	1	1,4
Total		69	100,0

A tabela acima (Tab. 18) apresenta os atributos dados pelos próprios cooperados a respeito de como percebem seu próprio trabalho e de como se percebem nele. Observa-se que grande parte dos cooperados se vêem como pessoas que aqui se denominou de “proativas”, “cooperativas”, ou pessoas produtivas. Ou seja, esses parecem ter uma visão otimista sobre si mesmo em relação ao trabalho. Pode-se nesse sentido, entender, que essa percepção pode estar relacionada ao próprio modelo de cooperativismo que visa segundo Singer (2001) e Gaiger (2004) desenvolver posturas grupais de coesão, novas atitudes no relacionamento social e o sentido de cidadania.

Essas percepções mais positivas em relação ao labor também podem estar associadas a fatos como o exemplo da cooperativa 2, que agrega pessoas consideradas à margem da sociedade, por desemprego, por doenças como aids e tuberculose ou ex dependes químicos, entre outros. Ou seja, pode-se entender que esse aspecto inclusivo também pode contribuir para a ampliação de uma percepção mais positiva do sujeito no contexto do trabalho. Esse aspecto é aquele já apontado por França Filho (2002) quando assinala que a atuação em Economia Solidária, é uma possibilidade de renovar e reatualizar os princípios da economia social. Também vai ao encontro daquilo que Gaiger (2004) explica sobre os princípios da Economia Solidária, em que essa busca a reinserção do homem em seu meio através da saúde, da educação, da defesa das classes minoritárias, da preservação do meio ambiente; além de ter como filosofia a união do social com o econômico e a eficiência com a cooperatividade. Um outro fator de destaque está em que todos responderam de forma positiva. Isto também pode lembrar Dejours (1988), quando se refere do perigo que um comportamento estereotipado promove no ser humano acarretando

um processo de anulação do indivíduo; de modo que quando esse fato não existe pode ocorrer uma retomada de confiança em si mesmo – fato que pode estar associado a esses cooperados e suas atuações nesse modelo de trabalho.

Rocha, Martine, Machado e Mello (2000) colocam que para se considerar o que é Qv é necessário entre outros fatores levar em conta a formação social, ou seja, divisão de trabalho, desenvolvimento de forças produtivas, relações sociais de produção entre outras.

Torna-se interessante comentar que o termo “forças produtivas” é utilizado no sistema capitalista e se refere a capacidade de gerar riquezas sociais estando associado entre outros ao surgimento das formas de propriedade privada, com os diversos meios de produção e tecnologia e a conseqüente má distribuição de riquezas. Para se compreender o que é QV em forças produtivas dentro do sistema solidário, devemos nos remeter a Singer (2004), quando diz que entende a Economia Solidária, como um meio que possibilita reestruturar as forças produtivas promovendo a instalação de novas formas de relação de produção. Com isso proporcionaria condições a um novo processo sustentável de crescimento econômico, entre outras coisas, que preserve a natureza e possa redistribuir equitativamente seus resultados em favor da população de baixa renda.

3.2) COMPREENSÃO DE QUALIDADE DE VIDA

Tabela 19 - Compreensão de qualidade de vida

Categorias	Indicadores	n. respostas n = 69	%
Aspectos Materiais	Dinheiro, casa própria, alimentação, trabalho registrado, vestimenta, aposentadoria, estabilidade financeira, plano de saúde	50	72,46 %
Aspectos Orgânicos	Ter saúde, não ter doenças	30	43,47 %
Aspectos Familiares	Ter família, filhos honestos, não ter problemas na família	16	23,19%
Aspectos Emocionais	Não lutar tanto, ter companheiro, vida sossegada, harmonia, religião.	13	18,4 %
Aspectos cognitivos intelectuais	Poder estudar ter uma profissão, filhos estudarem.	5	7,2 %
Não sabe, não respondeu.	Não têm idéia	3	4,3 %

Na tabela 19 observa-se o número de respostas dadas pelos cooperados sobre como compreendem QV. **Verifica-se nas respostas, as quais foram distribuídas em 6 categorias seguidas de indicadores, que os cooperados atribuem boa qualidade de vida aos aspectos materiais (50 = 72,46 %).** A QV parece ser então compreendida, por uma boa parcela de cooperados, como aquela que se refere a um plano material. Esse aspecto parece relacionado ao dito por Nogueira (2002) quando se refere ao próprio conceito, pois há nele um relativismo cultural e uma influência, em nossa sociedade, de associar a QV ao consumismo, valorizando o supérfluo e posturas predatórias referentes ao meio ambiente. Isso também nos remete a

Lacaz (2000) quando trata do tema da QV e trabalho, pois, embora esse autor admita que QV visa autonomia e possibilidade de interferir sobre esses processos como ponto vital, o autor também entende que há várias definições de qualidade de vida no trabalho, sendo constante entre as pessoas em geral fazerem referências aos aspectos tecnológicos e suas vantagens em relação à QV. Alguns autores chegam a associar QV a fatores econômicos (salário, incentivos, prêmios etc), outros à saúde física e mental, segurança e organização de trabalho (divisão de tarefas, de pessoas, de espaço e tempo). Porém, para esse autor QV visa autonomia e possibilidade de interferir sobre esses processos como ponto vital. Singer (2002) também assinala que no sistema capitalista os ganhadores são evidenciados e os perdedores são deixados de lado. Ou seja, os trabalhadores inseridos dentro de um sistema social que estimula e valoriza os que têm êxito estão muito mais propensos a reagirem às qualidades materiais do que as afetivas.

Também se torna oportuno lembrar o que explicam Rocha *et al.* (2000) sobre o fato de que para se examinar QV não se pode perder de vista as condições materiais, primárias e fundamentais da vida humana, suas forças materiais de produção e transformações das condições materiais; qual o modo de produção da estrutura global e regional (econômica, jurídica política e ideológica) e sua formação social (divisão de trabalho, desenvolvimento de forças produtivas, relações sociais de produção, classes sociais e lutas de classes), pois todos esses pontos influenciam o que pode e o que não pode ser considerado QV.

Assim, é interessante a discussão do que permeou esse estudo, ou seja, pelo Whoqol Bref verificou-se que todos os cooperados têm uma boa qualidade de vida, destacando-se a cooperativa de nº 3 que se apresenta numa posição superior e essa QV está

muito relacionada ao domínio físico e suas relações com o psicológico e social. Observando o meio em que vivem e as dificuldades que passam, o resultado torna-se surpreendente. Isso faz remeter a Rocha, Martine, Machado e Mello (2000) quando esses autores questionam sobre “De quem é a melhor percepção de qualidade de vida: daqueles que a vivem ou daqueles que a observam? E, como diz Trevisan (2000) sabe-se que boa Qv está diretamente relacionada aos aspectos sócio ambientais, a possibilidade de boa saúde e acesso à educação.

Mas não é isso que se encontra nessas cooperativas, ou seja, essas condições sócio ambientais não são favoráveis; então, porque a QV apresenta-se boa e nas entrevistas com os sujeitos esses valorizam os aspectos matérias ou bens de consumo?

Será que a boa qualidade de vida para esses trabalhadores significa uma forma de adaptação que impede que o meio ambiente e suas agruras os destruam? Isso é observado nas entrevistas quando mostram que possuem consciência do tipo de trabalho cooperativo, mas apesar disso, sonham por uma vida melhor; com uma vida estampada pelo modelo capitalista, de consumo.

Durante as entrevistas, nesse contato com os trabalhadores, pudemos observar que suas histórias são tocantes e muitas vezes sabe-se que não terão final feliz. Falta-lhes recursos, por exemplo, para cuidar de uma filha que necessita de tratamento psiquiátrico ou de um filho cuja asma não mostra sinais de melhora e lhe retira a possibilidade de brincar, estudar, ou de ter de deixar a criança sozinha para ir trabalhar. Do lixo retiram aquilo que foi jogado fora e, portanto sabem como as outras pessoas vivem. Recebem o que já se estragou, o que não tem conserto. Nas cooperativas aqui e ali nas paredes tem um enfeite gasto e sujo de algo que encontraram e que acharam bonito.

No entanto, riem, fazem piadas e mostram disposição para o trabalho, demonstrando em gestos, atos variados que a cooperativa é deles. Com isso novamente nos

perguntamos: - será isso uma forma de comportamento “ensimesmado” ou de alienação como disse Dejours (1988) em que há uma ideologia defensiva e que não se nota a presença da angústia frente à doença, mas isso não significa que ela não exista, mas simplesmente está oculta?

Mas, então porque o domínio relações sociais é tão mais alto, principalmente na cooperativa 3 em que recebem atendimento psicológico grupal? E novamente pode-se lembrar o próprio Dejours (op.cit.) que em alguns casos os operários lutam contra essa alienação organizando sistemas de convivência e solidariedade; porém no caso das cooperativas, essas já possuem esse sistema. Assim, também se recorda Singer (2001), Gaiger (2004) quando colocam que o sistema da Economia Solidária possui a propriedade de desenvolver posturas grupais de coesão e proporcionar novas atitudes no relacionamento social.

De qualquer modo, esse estudo veio a nos surpreender e nos questionar mais no sentido de realizar novas investigações.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo, que tratou de identificar a qualidade de vida de trabalhadores de cooperativas de reciclagem de lixo de cidades da grande São Paulo pode concluir, em termos gerais, que esses trabalhadores da chamada “Economia Solidária,” apresentaram um bom nível de qualidade de vida.

Quanto aos dados sócio-econômicos–culturais, foram observados que, na amostra estudada, houve um predomínio de mulheres, solteiras ou que viviam com parceiros, mas com filhos e, em sua maioria, responsável pela manutenção do lar. Fato que indicou que essas pessoas também estão entre aquelas que necessitam de trabalho para sustento não só de si próprio, mas sim de mais pessoas na casa. A rotatividade é grande alcançando 72,3 % no período de um ano de serviço. A maioria dos trabalhadores teve seus empregos anteriores em empresas e 69,5%, não possuem ninguém que os auxiliem nos proventos da casa – opinam que os proventos retirados não são suficientes. Grande parte dos cooperados possui casa própria, entretanto, para a maioria, é o sistema de invasão de propriedades não habitadas, ou terrenos onde constroem suas moradias. 30,4% é composta de três cômodos, ou seja, cozinha, banheiro e um quarto. O número de pessoas que habitam na maior porcentagem são duas por casa.

Quanto às especificidades da Qualidade de Vida, foi verificado que a amostra estudada apresentou uma “boa qualidade de vida” e, nas distribuições de seus domínios observou-se algumas diferenças dentro da amostra geral de cooperados; porém, em todos eles o domínio meio ambiente foi o mais afetado, ou seja, foi aquele que apresentou um índice menor de QV em relação aos demais. Na percepção de qualidade de vida, os cooperativos sentem-se produtivos e associam suas atividades com condições pró-ativas.

Com relação ao lazer opinaram que o que mais gostam de fazer nos dias de folga é ficar em casa descansando.

Com respeito à qualidade de vida que possuem responderam que a consideram regular e quando questionados sobre o que significa uma boa qualidade de vida, a maioria responde destacando aspectos materiais, como, por exemplo, ter uma casa própria, trabalhar registrado, aposentadoria, estabilidade financeira, plano de saúde, etc. Pode-se a primeira vista considerar tal resposta como um interessante paradoxo. Entretanto, para entender esse paradoxo, nos remetemos a literatura que se refere ao tema estilo de vida como fatores estruturais dos comportamentos e seus resultados. Vivemos numa sociedade cuja estrutura econômica é de consumo e a aquisição de bens materiais é priorizada, sendo apontados como sinônimo de bem-estar e felicidade e cuja busca em adquirir tais bens, é meta final.

Observou-se também, que dentre todos os sujeitos estudados houve uma diferença entre os trabalhadores da cooperativa três em relação aos demais, ou seja, esses últimos apresentaram melhor nível de QV geral e de relações sociais. Para compreender fomos em busca de autores que apontam a importância das redes sociais na manutenção de comportamentos, identificação e referência do ser humano e que pode ser definida como uma teia de relacionamentos que circunda o indivíduo bem como o que mantém essas relações.

Também pode ser verificado nesse estudo, quanto às correlações entre os domínios de qualidade de vida dos cooperados, houve uma correlação significativa entre os domínios físico e psicológico e também uma correlação entre os - domínios psicológico e de relações sociais. Assim, esses três domínios estavam relacionados de modo que um domínio influenciava outro.

Com relação ao domínio meio ambiente este apresentou menor índice em relação aos demais e isso pode estar relacionado ao fato dos cooperados considerarem seus ganhos insuficientes já que esse era o único meio de sustentação da família, além de que suas condições de moradia eram precárias. Assim, essa insatisfação pode ter sido a que mais influenciou a obtenção de um escore mais baixo em meio ambiente do que dos demais. De modo que o ambiente de trabalho não é somente aquele que afeta o domínio meio ambiente em QV, mas o ambiente de moradia e suas imediações também refletem o meio ambiente.

Como já foi dito, a Economia Solidária abarca postura de trabalho diferente a utilizada no sistema capitalista, pois a redimensiona, promove e estimula a participação dos que trabalham, além da inclusão e não alienação. Então, ao pensarmos nessa ideologia de trabalho, os fatores positivos poderiam ser explicados por ela; ou seja, a interação positiva observada no Whocol Bref entre a atividade cotidiana e capacidade de trabalho poderia vir desse sistema ou ideologia de trabalho, já que o mesmo não estimula a competição e tampouco o individualismo. Esse sistema favorece a igualdade e auto-realização e a inserção dos desfavorecidos marginalizados pela sociedade como é o caso da cooperativa 2 que recebe pessoas portadoras de doenças como aids e tuberculose ou ex dependentes químicos, ex detentos etc., sem distinção.

Por outro lado, podem-se levantar novas indagações, tais como: - a rotatividade, ou o tempo curto em que esses trabalhadores têm de permanência nas cooperativas não seria um fator impeditivo para relacionar a QV com o próprio sistema de trabalho? Em outras palavras, seria precoce dizer que esses trabalhadores teriam sido influenciados pelo sistema solidário ante um tempo ainda curto de trabalho nas cooperativas?

Ou, numa outra visão, será que a capacidade adaptativa do ser humano é algo que pode alcançar o inédito?

De fato, por esse trabalho, pôde-se entender, tal como a literatura sobre o tema, que o conceito de qualidade de vida é algo eminentemente humano e dependente da cultura, dos aspectos sociais e mais uma vasta gama de outros fatores, entre eles, destacamos a sutileza dos fatores emocionais, que por sua subjetividade merecem serem vistos com mais refinamento. E essa é a sugestão de futura investigação que deixamos como proposta no presente estudo.

VI. REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, L.C.: Experiências de Geração de Renda e Trabalho em Saúde Mental” e “Agências de Apoio e Fomento (Mesa Redonda). In:Ministério da Saúde(Org.), ***Saúde mental e Economia Solidária: Inclusão Social pelo Trabalho***. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005. 30-74 p.

AMORIM, B. M.; ARAUJO, H. E. Economia Solidária no Brasil: Novas formas de Relação de Trabalho? Nota Técnica pg 45-52. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_24i.pdf . Acessado em 2 de março de 2008.

BARFKNECHT, K. S.; MERLO, A R.C.; NARDI, H. C. Saúde mental e economia solidária: Análise das relações de trabalho em uma cooperativa de confecção de Porto Alegre. ***Psicologia & Sociedade***, v.18, n.2, p. 54-61, mai./ago, 2006

COUTINHO, M. C.; BEIRAS, A.; PICININ, D.; LÜCKMANN, G. L. Novos Caminhos, Cooperação e Solidariedade: a psicologia em empreendimentos solidários. Universidade Federal de Santa Catarina. ***Psicologia & Sociedade***; v.17,n. 1, 17-28, p. jan/abr, 2005.

CRUZ, A. As condições históricas do aparecimento da “Economia Solidária,” no Brasil: As tendências estruturais do mercado de trabalho. ***Leituras cotidianas***, n. 141, fev. 2005. Disponível em: pfilosofia.freehyperspace.com/01_abertura/_economia_solidaria. Acesso em 05 de maio de 2008.

DANTAS, R. A. S.; SAWADA, N. O.; MALERBO, M. B. Pesquisas sobre qualidade de vida: revisão da produção científica das universidades públicas do Estado de São Paulo. ***Rev. Latino-Americana de Enfermagem***, v. 11, n.4, p.532-538, julho-agosto, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br>. Acesso em: 05 Maio de 2008.

DEJOURS, C. ***A loucura do trabalho***. São Paulo: Editora Cortez, 1988.

EID, F., Descentralização do Estado Economia Solidária e Políticas Públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo? Anais do XI FIEALC -- Federação Internacional de Estudos sobre América Latina e Caribe, Osaka, Japão, setembro de 2003. Disponível em: <http://www.unitrabalho.org.br/imagens/artigos/set05/UNEMAT2004.pdf>

ESTEVES, G.A.G.; LELIS, L.C.A. Administração: Modelos Organizacionais e a Aprendizagem Continuada como Fato Gerador da Competitividade de Projetos e Produtos. ***Fabavi em Revista***, Vila Velha ES, v.1, n.1, jul/dez 2001. Disponível em: <<http://www.fabavi.br/revista>. Acesso em: 3 de janeiro de 07.

FLECK M. P.A.; LEAL, O.F.; LOUZADA, M. X.; CHACHAMOVICH, E.; VIEIRA, G.; SANTOS, L.; PINZON, V. Desenvolvimento da versão em português do instrumento de avaliação de qualidade de vida da OMS (WHOQOL-100). *Revista Brasileira de Psiquiatria*, v.21, n. 1, p.19-28,1999.

FLECK M. P.A.; O.F.; LOUZADA, M. X.; CHACHAMOVICH, E. VIEIRA, G.; SANTOS, L.; PINZON, V. Aplicação da versão em português do instrumento abreviado “WHOCOL Bref”. *Revista Saúde Pública*, São Paulo, v.34, n.2, p. 178-83, 2000 .

FLECK, M. P.A., SKEVINGTON, S.. Explicando o significado do Whoqol-SRPB. *Rev. Psiq. Clín.* v.34, supl 1, p. 146-149, 2007.

_____. Versão em português dos instrumentos de avaliação de qualidade de vida (WHOQOL). *Divisão de saúde mental, grupo Whocol. Departamento de Psiquiatria e Medicina Legal. Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, 1998. Disponível em <http://www.ufrgs.br/Psiq/whoqol.html>. Acesso em 6 de janeiro de 2007

_____. Versão em português do instrumento de avaliação de qualidade de vida da Organização Mundial de Saúde, desenvolvimento do Whocol (WHOQOL-100). *Divisão de saúde mental, grupo Whocol. Departamento de Psiquiatria e Medicina Legal. Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, 1998. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/Psiq/whoqol.html>. Acesso em 7 de janeiro de 2007.

FRANÇA, Filho.G. C., Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, v. 7, n. 1, p. 155-174, jan.-jun. 2007.

FRANÇA, Filho, G. C. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: Traçando fronteiras conceituais. *Bahia Análise & Dados*. Salvador, SEI, v. 12 n.1, p.9-19, junho 2002.

FRIAS, J., SILVA, C. A. A saúde do trabalhador no Maranhão: uma visão atual e proposta de atuação. **Dissertação [Mestrado]** Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública; 1999. 135 p.

GAIGER,L.I.. A economia solidária e o projeto de outra mundialização. *Dados*, v.47, n.4, p. 799-834, Rio de Janeiro, 2004.

GOVERNMENT OF CANADA. Minister of Supply and Services, Lalonde, Marc. *A New Perspective on the Health of Canadians*. Relatório, p. 5-63, Canadá 1974. Disponível em www.phac-aspc.gc.ca/ph-sp/pdf/perspect-eng.pdf . Acessado em 5 de janeiro de 2007

HELOANI, J. R., CAPITÃO, C. G. Saúde Mental e Psicologia do Trabalho. *São Paulo em perspectiva*, v.17, n.2, p.102-108, 2003.

JARDIM, R.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, A.A. Condições de trabalho, qualidade de vida e disfonia entre docentes. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.23, n.10, p.2439-2461, out, 2007.

KAPRON, S. Economia Solidária: política pública para o desenvolvimento. In: PINTUADI, S. M. (Org) *Economia solidária um setor em desenvolvimento*. Rio Claro: Prefeitura de Rio Claro/URBAL Editora, 2002. p. 47-58

LACAZ, F., A.C. Qualidade de vida no trabalho e saúde/doença. *Ciência & Saúde Coletiva*, n. 5, v. 1 , p.151-161, 2000

LEITE, A. M. P., SOUZA, A. P. , MINETTI, L. J., MACHADO, C.C. Aspectos gerais sobre metodologias utilizadas na avaliação da qualidade de vida humana. **[Trabalho]** *Anais do 1º Simpósio Brasileiro sobre Ergonomia e Segurança do Trabalho Florestal e Agrícola*, 2000, Belo Horizonte. p. 141-149. Disponível em: <http://www.sif.org.br/eventos/palestras/>. Acesso em 28 janeiro 2007.

LIMA, J. C. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. *Rev. bras. Ci. Soc.* v.19 n.56, p. 45-62, São Paulo out. 2004.

MALASSISE, R. L. S. ALVES, R. Condições de vida e trabalho na economia solidária e na economia capitalista. *Anais do III Encontro Internacional de Economia Solidária: Desenvolvimento Local, Trabalho e Autonomia*. Universidade de São Paulo, Núcleo de Economia Solidária da Universidade de São Paulo USP, 2005. disponível em www.dgsaude.pt/upload/membro.id/ficheiros. Acesso em 25 de janeiro de 2007.

MARTINS, R. C. As Cooperativas como forma de Terceirização frente às garantias trabalhistas. Biguaçu: 2004. Disponível em: <http://www.gerent.adv.br/monos/rodrigo/monografia.pdf>. Acesso em 02 de fev. 2007

MAZZILLI, C. Qualidade de Vida no Trabalho: uma Abordagem Dejouriana. **[Trabalho]** *Anais do 1º Simpósio Brasileiro sobre Ergonomia e Segurança do Trabalho Florestal e Agrícola*, 2000, Belo Horizonte. p. 48-68. Disponível em: <http://www.sif.org.br/eventos/palestras>. Acesso de 04 de março de 2007

MINAYO, M. C. S., HARTZ, Z. M. A., BUSS, P. M., Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 5, n. 1, p.7-18, 2000.

MOREIRA, F. H.; GUIZARDI, F. L.; RODRIGUES, J. O. B.; GOMES, R. S.; DAROS, R. F.; ANDRADE, R. B.; MORAES, T. D. De elemento a cidadão: transformações no cotidiano do trabalho do policial militar. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*. n.2 v.1, p. 25-38, 1999.

NEVES, M.A., COSTA, B.A.L., Empreendimentos de reciclagem: as mulheres na economia solidária *Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia* de 29 de maio a 1 de junho de 2007. UFPE, Recife (PE) GT29: Trabalho, Precarização e Políticas Públicas.

Disponível em http://www.sbsociologia.com.br/congresso_v02/papers/. Acesso em 04 de janeiro de 2008.

NOGUEIRA, V.M.R. Bem-Estar, Bem-Estar Social ou Qualidade de Vida: A Reconstrução de um Conceito. *Anais do Semina: Ciências Humanas e Sociais*, Londrina, v. 23, p. 107-122, set. 2002. Disponível em: <http://www.uel.br/proppg/semina/index.php> Acesso 2 de dezembro de 2007

OCESP/SESCOOP-SP. Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo; Serviço nacional de aprendizagem do cooperativismo. *Aumenta participação de mulheres em cooperativas*. Notícias htm, 10/10/2007. Disponível em <http://www.portaldocooperativismo.org.br/sescoop/comunicacao>. Acesso em 13 abril 2008

OPAS – Organização Panamericana de Saúde . Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde. *Carta de Ottawa*. Ottawa, 1986. Disponível em: <http://www.opas.org.br/promocao/uploadArq/Ottawa.pdf>, acesso em 25 de janeiro de 2007

PACHECO, J.E.P.; JESUS, S.N. Burnot, Coping e Estilos de Vida em Profissionais de Saúde. In: SIQUEIRA M.M.M.; JESUS, S.N; OLIVEIRA, V.B.(Orgs.), *Psicologia da Saúde Teoria e Pesquisa* São Paulo: Editora Metodista, 2007, p 25-39.

PANZINI, R. G., ROCHA, N.S., BANDEIRAS, D. R., FLECK M.P.A. Qualidade de Vida e Espiritualidade. *Rev. Psiq. Clín.* v.34, supl 1, p. 105-115, 2007

PENNA, C. M. M. Realidade e Imaginário no processo de viver de moradores em um distrito brasileiro. *Contexto Enferm.*, Florianópolis v.16, n.1, p. 80- 88, 2007. Disponível em : <http://www.scielo.br/pdf/tce/v16n1/a10v16n1.pdf>. Acesso em 3 de março de 08.

PICCININI, V. C. Cooperativas de trabalho de Porto Alegre e flexibilização do trabalho. *Sociologias*, Porto Alegre. ano 6, n. 12, jul/dez, p. 68-105, 2004.

REA, L.; PARKER, R.. *Metodologia de Pesquisa do Planejamento à Execução*. São Paulo: Pioneira, 2000.

RIBEIRO, J. L. P. *Psicologia e Saúde*. Instituto de Psicologia Aplicada –CRL. Lisboa ISPA Editora, 1998.

ROCHA, A.D., MARTINE, M. E. A., MACHADO, P. H. B., MELLO, T. Qualidade de vida, ponto de partida ou resultado final? *Ciência & Saúde Coletiva*. v 5, n.1, p.63-81, 2000.

SEIDL, M. F., ZANNON, C. M. L. C. Qualidade de vida e saúde: aspectos conceituais e metodológicos. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro. v. 20, n.2, p.580-588, mar- abr, 2004.

SILVA, R. K., SOUZA, A. P., MINETTI, J. L., **Avaliação do perfil de trabalhadores e das condições de trabalho em marcenarias no município de Viçosa –MG.** R. Árvore, Viçosa-MG, v.26, n.6, p.769-775, 2002

SCLIAR, M. J. Da Bíblia à psicanálise: saúde, doença e medicina na cultura judaica. **Tese [Doutorado]** Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública; 1999. 168 p.

SILVA, C. T. Saúde do trabalhador: um desafio para qualidade total no Hemorio. **Dissertação [Mestrado]** Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública; 2000. 156 p.

SINGER, P. A. Portal da Fundação Perseu Abramo – ***Economia : Economia Solidária*** - nº 47 - fevereiro-março-abril de 2001 - Notícias.htm Home teorias e Debate. Economia: Economia Solidária. 30/04/2001 – n 47, Disponível em: www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article. Acesso em 2 de março de 2007.

Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. ***Estudos Avançados.*** v.18, n.51, p. 7-22, 2004.

SIQUEIRA, M. M.; PADOVAM, V.A.R. Suporte Social.. In: SIQUEIRA M.M.M.; JESUS, S.N; OLIVEIRA, V.B.(Orgs.), ***Psicologia da Saúde Teoria e Pesquisa*** .São Paulo: Editora Metodista, 2007, p. 64-84.

SIQUEIRA, M.M.M.; COLETA, J. A. D. Metodologia para investigação da qualidade de vida no trabalho. ***Arq. bras. Psicol.*** v. 41, n.3, p. 51-66, 1989.

SOUZA, C. B., Qualidade de Vida e Saúde. In: SIQUEIRA M.M.M.; JESUS, S.N; OLIVEIRA, V.B.(Orgs.), ***Psicologia da Saúde Teoria e Pesquisa***. São Paulo: Editora UESP, 2007, p. 139-149.

SOUZA, M. C. F.; AZEVEDO, A; OLIVEIRA, L J.R.; BALDEON, N. T. Incubadora Tecnológica de Cooperativas – ITCP x Incubadora de Empresas de Base Tecnológica - IEBT – Diferenças e semelhanças no processo de Incubação ***Revista Iberoamericana de Ciência, Tecnologia, Sociedad e Innovación***, Edita: Organización de estados iberoamericanos para la educación, la Ciencia y la Cultura. Número 6 / Mayo - Agosto 2003 Disponível em: www.eumed.net/rev/oidles/00/Nelson.htm. Acesso em 8 jan 2008.

TREVISAN, S. P. Ciência, meio ambiente e qualidade de vida: uma proposta de pesquisa para uma universidade comprometida com sua comunidade. ***Ciência & Saúde Coletiva***, v.5, n.1, 179-186, 2000.

VASCONCELOS, A. F., Qualidade de Vida no Trabalho: origem, evolução e perspectivas. *Caderno de Pesquisas em Administração*, São Paulo, v. 8, n. 1, p 23-35, janeiro/março 2001.

WORD HEALTH ORGANIZATION. Department of Mental Health, *WHOQOL annotated bibliography*, Geneva 27, Switzerland, 1999. Disponível em <http://depts.washington.edu/yqol/docs/WHOQOL>. Acesso em 21 abril de 2007

WORD HEALTH ORGANIZATION. Sundsvall Statement on Supportive Environments for Health. Geneva 27, Switzerland, 1991. Disponível em www.ldb.org/iuhpe/sundsvall.htm

ANEXOS

ANEXO 2 – MODELOS DAS CARTAS DE PERMISSÃO DA INSTITUIÇÃO PARA COLETA DE DADOS

Permissão da Instituição para Coleta de Dados

Instituição : *COOPERATIVA COPER RECICLÁVEL*

Eu, Catarina Margarida da Silva, presidente da COOPERATIVA COPER RECICLÁVEL, permito que seja realizada a pesquisa **“ESTUDO DA ADAPTAÇÃO, QUALIDADE DE VIDA DE PARTICIPANTES DE UM PROGRAMA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA”** a ser realizada por Sandra Baffi e que tem por objetivos: **Investigar e avaliar aspectos da qualidade de vida de indivíduos adultos integrantes de um programa de economia solidária. Relacionar e identificar aspectos da qualidade de vida de indivíduos ingressantes no programa com aqueles já participantes há mais de um ano.**

Guarulhos, 11 de junho de 2007.

i

8.818.526-6

Assinatura

RG

Permissão da Instituição para Coleta de Dados

Instituição : *COOPERATIVA CRUMA*

Eu, Maria José Candido, presidente da COOPERATIVA CRUMA, permito que seja realizada a pesquisa **“ESTUDO DA QUALIDADE DE VIDA DE PARTICIPANTE DE UM PROGRAMA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA”** a ser realizada por Sandra Baffi e que tem por objetivos: **Investigar e avaliar aspectos da qualidade de vida de indivíduos adultos integrantes de um programa de economia solidária. Relacionar e identificar aspectos da qualidade de vida de indivíduos ingressantes no programa com aqueles já participantes há mais de um ano.**

Poá, 10 de outubro de 2007.

19.661.177-5

Permissão da Instituição para Coleta de Dados

Instituição : CORA

Eu, Carlos Henrique Nicolau, PRESIDENTE DA CORA, permito que seja realizada a pesquisa **“ESTUDO DA QUALIDADE DE VIDA DE PARTICIPANTES DE UM PROGRAMA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA”** a ser realizada por Sandra Baffi e que tem por objetivos: **Investigar e avaliar aspectos da qualidade de vida de indivíduos adultos integrantes de um programa de economia solidária. Relacionar e identificar aspectos da qualidade de vida de indivíduos ingressantes no programa com aqueles já participantes há mais de um ano.**

30.507.315-1

Assinatura

RG

**ANEXO 3 - MODELO DE *TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E
ESCLARECIDO***

**UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE PSICOLOGIA E FONOAUDIOLOGIA
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Fui informado da pesquisa, cujo título é “ESTUDO DA QUALIDADE DE VIDA DE PARTICIPANTES DE UM PROGRAMA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA” e que tem por objetivos: Investigar e avaliar o que é qualidade de vida para as pessoas que participam do programa de economia solidária. Relacionar e identificar aspectos da qualidade de vida de indivíduos que acabaram de entrar no programa com aqueles que já estão há mais de 1 ano.

Para coleta de dados serão realizadas entrevistas onde serão feitas perguntas gerais sobre a vida da pessoa, o que ela gosta o que ela espera etc e aplicação de um questionário de nome Whocol onde também haverá perguntas por escrito a respeito de como a pessoa sente, como ela percebe as coisas; este estudo tem caráter acadêmico ou seja, está sendo realizado através de uma universidade e será coordenado pela Professora Doutora Marília Martins Vizzotto da Universidade Metodista de São Paulo. Os dados serão coletados por Sandra Maria de Oliveira Baffi.

Declaro também que o propósito, método e objetivo me foi explicado verbalmente retirando as dúvidas que porventura houvesse.

É entendido aqui que esta pesquisa não oferece riscos às pessoas, pois são Entrevistas que verifica a Qualidade de vida – e retratam aquilo que as pessoas já têm.

A psicóloga, pesquisadora assume compromisso ético de que caso seja detectado qualquer problema que se perceba que é de origem da pesquisa sendo feita haverá ajuda e se for

necessário encaminhamento para os locais competentes, será oferecido apoio psicológico (orientação e encaminhamento do caso). Declaro ainda que poderei interromper a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou penalização de qualquer espécie.

Declaro ainda, ter compreendido que não sofrerei nenhum prejuízo psicológico e físico e que minha privacidade será preservada. Concordo que os dados sejam publicados para fins acadêmicos ou científicos, desde que meu nome não seja mencionado.

Universidade Metodista/Mestrado Psicologia, telefone contato: 4366.5351.

Portanto, eu, _____ consinto em participar desta pesquisa acadêmica.

Data __ de __ de ____

Assinatura do Participante: _____ RG _____

Assinatura do Pesquisador: _____

ANEXO 4a - MODELO DA DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DA PESQUISADORA

Eu, Sandra Maria de Oliveira Baffi, pesquisador (a) responsável pela pesquisa denominada

" ESTUDO DA QUALIDADE DE VIDA DE PARTICIPANTES DE UM PROGRAMA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA", declaro que:a

- assumo o compromisso de zelar pela privacidade e pelo sigilo das informações que serão obtidas e utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa;
- os materiais e as informações obtidas no desenvolvimento deste trabalho serão utilizados para se atingir o(s) objetivo(s) previsto(s) na pesquisa;
- os materiais e os dados obtidos ao final da pesquisa serão arquivados sob a responsabilidade do(a) **UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO**
- os resultados da pesquisa serão tornados públicos em periódicos científicos e/ou em encontros, quer sejam favoráveis ou não, respeitando-se sempre a privacidade e os direitos individuais dos sujeitos da pesquisa, não havendo qualquer acordo restritivo à divulgação;
- o CEP-UMESP será comunicado da suspensão ou do encerramento da pesquisa, por meio de relatório apresentado anualmente ou na ocasião da interrupção da pesquisa; assumo o compromisso de suspender a pesquisa imediatamente ao perceber algum risco ou dano, conseqüente à mesma, a qualquer um dos sujeitos participantes, que não tenha sido previsto no termo de consentimento.

São Bernardo do Campo, 19 de novembro de 2007 .

Sandra Maria de Oliveira Baffi

CPF 681926658-87

.

**ANEXO 4b- QUESTIONÁRIO LEVANTAMENTO DE DADOS SÓCIO-ECONÔMICO
CULTURAIS****I. DADOS PESSOAIS****Nome** _____

Data nascimento _____ idade _____

Estado civil: casado [] solteiro [] amasiado []

Número filhos _____

Grau de instrução: primário completo (4 anos de estudo) []Primário incompleto []Ginásio completo (8 anos de estudo) []Colegial completo (11 a 12 anos de estudo) []Ginásio incompleto []**II. TRABALHO, RENDA e MORADIA****Renda**

Renda Pessoal _R\$ _____ mês em salários mínimos _____

Demais membros da família trabalham? [] sim [] não se sim, quantas pessoas? _____

Estas contribuem para a manutenção da casa?

Você acha que o ganho da família é suficiente? __ [] sim não []**Moradia**Casa [] própria [] aluguel [] cedida

Número de cômodos _____

Quantas pessoas habitam _____

Trabalho

Qual sua função aqui : Cargo _____ Função (o que faz)

_____Quantas horas de trabalho diário? _____ entras as _____ sai as
_____. Quantos dias da semana _____ de segunda a _____Quanto tempo trabalha aqui : _____ anos e _____ meses. O que fazia antes de
trabalhar aqui?

Você sente que é uma pessoa produtiva? Por quê?

III. LAZER

O que você faz nos dias de folga? (passeios, outras diversões)-----

O que o deixa mais contente de fazer nos dias em que tem folga? _____

IV. PERCEPÇÃO DE QV

Você acha que tem uma qualidade de vida boa [] regular[] [ruim[]

Por quê? _____

O que você acha que é ter uma boa qualidade de vida? _____

V. VIDA AFETIVA

Você acha que enfrenta bem os seus problemas no dia a dia?

Você se sente amado pelas pessoas com quem convive?

Se você tem família, você está satisfeito com sua família?

ANEXO 4c - FICHA DE AVALIAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA da ABIPEME –
Associação Brasileira dos Institutos de Pesquisa de Mercado

A . Quem é o Chefe de família aqui(lá) na sua casa?

() o próprio entrevistado

() outrem _____

B. Qual foi o grau de instrução mais alto que _____ (Chefe - de - família) obteve?

Qual o último ano de escola que _____(Chefe - de - família) cursou?

Categories	Pontos ABIPEME
Não estudou primário completo	00
Primário completo e ginásio incompleto	05
Ginásio completo e colegial incompleto	10
Colegial completo e universitário incompleto	15
Universitário completo	21

D. Quantos (CADA ITEM ABAIXO) existem em sua casa?

Itens	Nº de itens possuídos e nº de pontos atribuídos							Subtotal de pontos
	nenhum	1	2	3	4	5	≥ 6	
Carros	0	04	09	13	18	22	26	
TV a cores	0	04	07	14	14	18	22	
Banheiros	0	02	05	10	10	12	15	
Empregados mensalistas	0	05	11	21	21	26	32	
Rádios	0	02	03	06	06	08	09	
Total de Pontos								
Classe sócio-econômica de acordo com o nº total de pontos	A N ≥ 89	B 59 - 89	C 35 – 58	D 20 - 34	E N ≤ 19			

ANEXO4_d - QUESTIONÁRIO WHOQOL BREF

Instruções					
<p>Este questionário é sobre como você se sente a respeito de sua qualidade de vida, saúde e outras áreas de sua vida. Por favor responda a todas as questões. Se você não tem certeza sobre que resposta dar em uma questão, por favor, escolha entre as alternativas a que lhe parece mais apropriada. Esta, muitas vezes, poderá ser sua primeira escolha.</p> <p>Por favor, tenha em mente seus valores, aspirações, prazeres e preocupações. Nós estamos perguntando o que você acha de sua vida, tomando como referência as duas últimas semanas. Por exemplo, pensando nas últimas duas semanas, uma questão poderia ser:</p>					
	Nada	Muito pouco	médio	muito	Completamente
Você recebe dos outros o apoio de que necessita?	1	2	3	4	5

Você deve circular o número que melhor corresponde ao quanto você recebe dos outros o apoio de que necessita nestas últimas duas semanas. Portanto, você deve circular o número 4 se você recebeu "muito" apoio como abaixo.

	nada	Muito pouco	médio	muito	Completamente
Você recebe dos outros o apoio de que necessita?	1	2	3	4	5

Você deve circular o número 1 se você não recebeu "nada" de apoio.

Por favor, leia cada questão, veja o que você acha e circule no número e lhe parece a melhor resposta.

		muito ruim	Ruim	nem ruim nem boa	boa	Muito boa
1	Como você avaliaria sua qualidade de vida?	1	2	3	4	5

		muito insatisfeito	Insatisfeito	nem satisfeito nem insatisfeito	satisfeito	Muito satisfeito
2	Quão satisfeito(a) você está com a sua saúde?	1	2	3	4	

As questões seguintes são sobre **o quanto** você tem sentido algumas coisas nas últimas duas semanas.

		nada	muito pouco	mais ou menos	bastante	Extremamente
3	Em que medida você acha que sua dor (física) impede você de fazer o que você precisa?	1	2	3	4	5
4	O quanto você precisa de algum tratamento médico para levar sua vida diária?	1	2	3	4	5
5	O quanto você aproveita a vida?	1	2	3	4	5
6	Em que medida você acha que a sua vida tem sentido?	1	2	3	4	5
7	O quanto você consegue se concentrar?	1	2	3	4	5
8	Quão seguro(a) você se sente em sua vida diária?	1	2	3	4	5

9	Quão saudável é o seu ambiente físico (clima, barulho, poluição, atrativos)?	1	2	3	4	5
---	--	---	---	---	---	---

As questões seguintes perguntam sobre **quão completamente** você tem sentido ou é capaz de fazer certas coisas nestas últimas duas semanas.

		nada	muito pouco	médio	muito	Completamente
10	Você tem energia suficiente para seu dia-a-dia?	1	2	3	4	5
11	Você é capaz de aceitar sua aparência física?	1	2	3	4	5
12	Você tem dinheiro suficiente para satisfazer suas necessidades?	1	2	3	4	5
13	Quão disponíveis para você estão as informações que precisa no seu dia-a-dia?	1	2	3	4	5
14	Em que medida você tem oportunidades de atividade de lazer?	1	2	3	4	5

As questões seguintes perguntam sobre **quão bem ou satisfeito** você se sentiu a respeito de vários aspectos de sua vida nas últimas duas semanas.

		muito ruim	ruim	nem ruim nem bom	bom	Muito bom

15	Quão bem você é capaz de se locomover?	1	2	3	4	5
		muito insatisfeito	Insatisfeito	nem satisfeito nem insatisfeito	satisfeito	Muito satisfeito
16	Quão satisfeito(a) você está com o seu sono?	1	2	3	4	5
17	Quão satisfeito(a) você está com sua capacidade de desempenhar as atividades do seu dia-a-dia?	1	2	3	4	5
18	Quão satisfeito(a) você está com sua capacidade para o trabalho?	1	2	3	4	5
19	Quão satisfeito(a) você está consigo mesmo?	1	2	3	4	5
20	Quão satisfeito(a) você está com suas relações pessoais (amigos, parentes, conhecidos, colegas)?	1	2	3	4	5
21	Quão satisfeito(a) vc está com sua vida sexual?	1	2	3	4	5
22	Quão satisfeito(a) você está com	1	2	3	4	5

	o apoio que você recebe de seus amigos?					
23	Quão satisfeito(a) você está com as condições do local onde mora?	1	2	3	4	5
24	Quão satisfeito(a) você está com o seu acesso aos serviços de saúde?	1	2	3	4	5
25	Quão satisfeito(a) você está com o seu meio de transporte?	1	2	3	4	5

As questões seguintes referem-se a **com que frequência** você sentiu ou experimentou certas coisas nas últimas duas semanas.

		nunca	Algumas vezes	freqüentemente	muito freqüentemente	Sempre
26	Com que frequência você tem sentimentos negativos tais como mau humor, desespero, ansiedade, depressão?	1	2	3	4	5

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)